

AVANÇO DECISIVO DOS ALIADOS NA N. GUINÉ

Controle de quatorze emissoras

O gov. norte-americano assumiu a sua propriedade enquanto durar a guerra

NEW YORK 31 (U. P.) — O Governo dos Estados Unidos assumirá hoje a propriedade de 14 emissoras radio-telegráficas comerciais que irradiam em ondas curtas. As estações em apreço serão utilizadas pelo Governo Norte-Americano enquanto durar a guerra. Os contratos de arrendamentos dessas emissoras foram assinados, hoje, pelo Departamento de Informações da Guerra.

NAO TIVERAM ÊXITO WASHINGTON 31 (U. P.) — Um funcionário do Ministério da Agricultura informou que não tiveram êxito os esforços destinados a produzir café no país, em escala suficiente para a sua utilização industrial ou para a fabricação de estandartes de muito pequenas nações isoladas. Entretanto, impossível fazer grandes plantações. Acrescentou que a tentativa no sentido de produzir café no país em nada aliviará a situação. Explicou que os arbustos tardam anos para crescer e exigem clima tropical. Declarou que não recebeu do Ministério da Agricultura nenhum pedido para se procurar um substituto do café. Entretanto a cevada e outros produtos foram objeto de estudos.

QUEDA DE COTACAO NEW YORK 31 (U. P.) — A intranquilidade reinante pelo resultado da Campanha das Ilhas Salomão determinou a queda na cotação dos valores em nível recuado. Os artigos de primeira necessidade mudaram pouco em relação a semana anterior. As estatísticas demonstram que as ações alcançaram suas rotações máximas depois do ataque japonês a Pearl Harbour, segunda-feira, mas nos outros dias reacionaram devido à falta de notícias alentadoras sobre as operações do Pacífico. As vendas elevaram-se à média de 545-336 por dia em comparação com as de 609-926 da semana passada.

Os títulos mexicanos registraram a melhor cotação do ano, mas as emissões da Austrália perderam dois pontos. Os títulos de primeira necessidade fizeram-se notar pela falta de preços de zado, que marcou um recuo nos últimos cinco anos. O algodão subiu, por ocasião do encerramento de sexta-feira, de 15 a 40 cents por tardo enquanto o trigo perdeu um cent.

A Indústria siderúrgica não esperimentou nenhuma alteração sensível, produzindo até 100 por cento de sua capacidade.

MANDOU POR EM LIBERDADE SANTIAGO (CHILE), 31 (U. P.) — O juiz federal Rodolfo González, da Corte de Apelação de Valparaiso, ordenou que se tornassem em liberdade os agentes nazistas detidos ultimamente sob a suspeita de ação subversiva. Sobre-se, entretanto, que um dos nazistas acusados em preso pois as acusações que pesam sobre o mesmo puderam ser comprovadas.

BANQUETE OFERECIDO PELO CHANCELER VENEZUELANO BUENOS AIRES, 31 (U. P.) — O chanceler venezuelano Dr. Parra Perez, em retribuição às homenagens recebidas, deu ontem à noite um banquete aos membros do "Jockey Club Argentino". Compareceram ao

GOVERNO DO ESTADO

Viaja amanhã ao Rio o interventor Ruy Carneiro — A transmissão de poderes, ontem, no Palácio da Redenção, ao sr. Samuel Duarte, Secretário do Interior e Segurança Pública



DEVENHO seguir, amanhã, com destino ao Rio, pelo avião da carreira da NAB, a fim de participar da Conferência dos Intervenores, que se realizará na capital do país, no dia 8 deste mês, o interventor Ruy Carneiro transmitiu, ontem, às 11 horas, o governo do Estado ao seu substituto legal, sr. Samuel Duarte, secretário do Interior e Segurança Pública.

Ao ato da transmissão de poderes compareceram o comandante do 15.º R. L., cujas altas autoridades civis e militares, secretários de Estado, auxiliares da administração e inúmeras pessoas representativas das nossas classes sociais.

Como já foi amplamente

divulgado pela imprensa, a Conferência dos Intervenores, que foi promovida por iniciativa do sr. Ministro da Justiça, tem por finalidade um exame da situação geral dos Estados em face da declaração de guerra do Brasil ao "eixo". Também nesse importante conclave serão renovados os testemunhos de solidariedade ao presidente Getúlio Vargas já manifestada por ocasião da decisão suprema que o nosso país assumiu rompendo com as nações agressoras.

O interventor Ruy Carneiro, que viajara acompanhado do sr. Henrique Candido Cavalcanti de Albuquerque, oficial de Gabinete da Interventoria, aproveitará essa oportunidade para

encaminhar a solução de assuntos relevantes ligados aos interesses de Paraíba junto aos altos poderes federais.

O EMBARQUE DE SUA EXCIA.

O embarque do chefe do governo do Estado se realizará amanhã, às 6.30 horas, devendo comparecer ao aeroporto de Tamborim a fim de apresentar despedidas à sua ex-cia., autoridades, auxiliares da administração e amigos.

O clichê acima fixa um aspecto da transmissão de poderes, ontem, no Palácio da Redenção, vendo-se o interventor Ruy Carneiro ao assinar o livro de termo de compromissos.

A aviação norte-americana ataca a esquadra niponica

Bombas de 500 libras atingiram um couraçado japonês e aviaram um cruzador e um porta-aviões — Os australianos estão a 11 kms. de Kokoda

Q. G. DE MAC ARTHUR 31 (U. P.) — As forças terrestres continuam avançando na estrada que conduz a Kokoda depois de desalojar os japoneses da última posição fortificada que restava. Aíola. Os aliados estão apenas a 11 kms. de Kokoda e descem pelas laterais cheias de precipícios enquanto os nipônicos se retiram em desordem.

Poderosas formações de bombardeiros aliados pesados e leves, assentam violentos golpes contra os navios de guerra nipônicos surpreendidos em Buna. Três belonaves inimigas foram atingidas com impactos diretos. Uma delas era um couraçado de 10 mil toneladas. Uma bomba de 250 libras entrou em total de 30 outras foi arremessada sobre as unidades navais inimigas.

ATACADOS DOIS NAVIOS JAPONÊES

DE UM FORTO DA NOVA GUINÉ 31 (U. P.) — Dois navios japoneses foram atingidos pelas bombas norte-americanas durante um ataque das "Fortalezas Voadoras". Uma dessas unidades era um cruzador ligeiro. A ação ocorreu ontem na zona de Buai e Falise que sofreu intenso bombardeio dos pilotos norte-americanos. Todos os aparelhos voltaram às suas bases.

QUEBRADA A RESISTENCIA JAPONESA

MELBOURNE 31 (U. P.) — As forças australianas quebraram o estancamento a resistência japonesa nas montanhas Owen Stanley na Nova Guiné. Depois de efetuar um considerável avanço o grosso do exército australiano penetrou na localidade de Aíola, abrindo caminho para um imediato avanço sobre a região de Kokoda.

SOR O COMANDO NORTE-AMERICANO

LONDRES 31 (U. P.) — Informações oficiais indicam que o exército neozelandês do Pacífico foi colocado sob o comando das forças norte-americanas. Em fontes locais revelam-se alguns detalhes das forças aéreas neozelandesas. Estas forças aéreas participam da batalha da Inglaterra e de inúmeros combates aéreo-marítimos no sul do Pacífico.

OS JAPONÊSES

PEARL HARBOR 31 (U. P.) — A batalha das Ilhas Salomão que indubitavelmente tem uma importância vital para a guerra no Pacífico, na qual toma parte uma fração da esquadra nipônica além de forças terrestres consideráveis, travou-se em meio do maior segredo. Os funcionários navais de Pearl Harbour mantêm um silêncio absoluto deixando de comentar as informações que chegam de Washington ou de Austrália. Entretanto, dessas informações se deduz que a aviação aliada continua fustigando as bases japonesas de ataque ao norte das Ilhas Salomão, enquanto os aviões norte-americanos continuam utilizando as pistas do aeródromo de Henderson, em Guadalcanal, sem o que as forças terrestres americanas de terra e mar se vejam expostas a constantes ataques aéreos japoneses.

O PROSSEGUIMENTO DA ATIVIDADE AÉREA NORTE-AMERICANA EM GUADALCANAL

As informações que chegam de Guadalcanal indicam que o principal pelo qual os japoneses em suas operações terrestres recorrem à tática de patrulhar

RIO DE JANEIRO — O diretor geral do Ensino Naval baixou um edital solicitando o comparecimento com urgência à Diretoria do Ensino Naval de todos os ex-alunos das escolas Navais, Marinha Mercante e Aprendizes Marinheiros, residentes no Distrito Federal.

O 8.º Exército retomou a ofensiva

Novos reforços britânicos chegam à zona de batalha

Repelidos todos os contra-ataques dos totalitários — Ridículo apelo de Mussolini aos seus soldados

LONDRES, 31 (U. P.) — A emissora de Berlim anunciou ter o Oitavo Exército britânico retomado a ofensiva na madrugada de hoje. Dizem os alemães que os britânicos, com reforços de tanques dos setores central e meridional, com "tanks" pesados e artilharia, atacam os italianos e os germanicos violentamente.

REPULIDOS OS CONTRA-ATAQUES

CAIRO, 31 (U. P.) — As forças britânicas do deserto repuliram todos os contra-ataques lançados pelo inimigo e mantiveram firmemente em seu poder as vantagens conquistadas com a sua última ofensiva. Informações oficiais revelam que foram enormes as perdas sofridas pelos germano-italianos que não conseguiram reconquistar nenhuma posição perdida.

Despachos de Berlim transmitidos pela emissora de Vichy admitem que as tropas de vanguarda de von Rommel foram substituídas por inúmeras formações procedentes da retaguarda nazista na África do Norte, destinadas a preencher os enormes claros abertos nas linhas totalitárias após violentos ataques das forças blindadas britânicas. Ademais tratam também os nazistas de garantir as suas posições com soldados descansados, pois as tropas que

Conclua na 2.ª pag.)

MANTEEM-SE FIRMES

AS LINHAS RUSSAS

Os setores mais criticos da frente de batalha continuam sendo Stalingrado e Nalchik — Os alemães perdem 5 mil homens, diariamente

MOSCOW, 31 (U. P.) — Os serviços militares receberam hoje do sul informam que as linhas russas se mantiveram na última jornada firmes, em toda a frente meridional chocando-se a ofensiva alemã contra a mesma de tal forma que o impeto nazista diminuiu paulatinamente até ficar quase completamente detido. Em certos pontos da frente as tropas russas atacaram com êxito e recuperaram algumas posições importantes. Os setores mais criticos da frente de batalha continuam sendo de Stalingrado mais para Nalchik. Neste último os alemães atacam quase com tanta fúria como fizeram em Stalingrado, mas os russos que se estabeleceram em novas posições defensivas, para as

quais recuaram ontem, rechaçaram todos os acometidas germanicas. Em fontes locais revelou-se que os alemães estão perdendo diariamente de 4 a 5 mil homens na frente de Stalingrado e no Cáucaso, sem que possam vantagens compensadoras. Algumas vezes o número de mortos e feridos numa frente ou em outra equivale ao dos efetivos de uma divisão completa. Os despachos de Stalingrado dizem que os alemães solenemente lançaram ataques em escala relativamente pequena no distrito fabril da parte setentrional da cidade desde que sofreram as pesadíssimas baixas do dia 29 do corrente quando várias divisões nazistas foram severamente castigadas.

CONCLUA NA 2.ª PAG.)

TODOS OS PARAIBANOS DEVEM REAFIRMAR O SEU APOIO A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, COMPARECENDO EM MASSA A GRANDE FESTA POPULAR QUE HOJE SE REALIZA NO PARQUE ARRUDA CAMARA.

UMA HOMENAGEM DA PARAIBA AOS DOIS MAIORES VULTOS DE TODA AMÉRICA

Foram inaugurados, ontem, no Palácio da Redenção dois quadros a óleo dos presidentes Vargas e Roosevelt

O discurso do interventor Ruy Carneiro — "Um testemunho da nossa confiança na vitória da causa da justiça e da liberdade"

ALEGRIA E PATRIOTISMO

PUDEMOS classificar de *incêndio*, entre nós, a festa que hoje se realiza no Parque Arruda Camara, por iniciativa da sra. Alice Carneiro.

Reunindo todos os elementos da nossa sociedade, quiz a nossa primeira dama fazer-lo em benefício do Brasil, o melhor, a defesa nacional.

Proporcionando ao nosso povo uma quota notável de alegria, pensa a organizadora das festividades de hoje que, assim, compreenderá melhor os parabéns e o sentido da obra a que se propõe realizar a Legião Brasileira de Assistência.

Quando o Parque estiver completamente cheio de gente e dos rumores de vozes e pandeiros; quando as orquestras falarem e os pássaros cantarem acompanhando a seu ritmo, mesmo nos paroxismos da alegria, os que ali se encontrarem permanecerão lembrados de que tudo aquilo tem uma finalidade patriótica e humana: amparar as famílias dos nossos patriotas que vão enfrentar perigos para cobrar vitória.

Está tudo ao povo parabaense interessado pela festa de hoje, e este interesse se sente fortalecido pela consciência do dever que todos nós sentimos, o dever de, dessa vez, ajudar a dar ao país elementos para a sua defesa.

"A ELOQUENCIA DOS NUMEROS"

Por ter saído com incorreção, reproduzimos o trecho seguinte do artigo do nosso colaborador sr. Miguel Falcão de Alves, publicado na nossa edição de ontem, sob o título acima:

"A receita foi, pois, estimada em 34.640.000\$000, sendo 33.090.000\$000 a renda ordinária e 1.550.000\$000, a extraordinária."

Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza

Segundo comunicação que nos foi dirigida pelo 1.º Ten. Luiz Correia Lima, secretário do 15.º B. I., o sr. Ministro da Guerra autorizou ao comandante da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza a aceitar inscrições de candidatos a essa escola até 15 de novembro do mês que ora se inicia.

NOTAS DE ARTE

5.º FESTIVAL DE ARTE DOS PROFESSORES GAZZI E SANTINHA DE SA

Atendendo a varios pedidos, será legada, mais uma vez, a cena, o 5.º Festival de Arte promovido pelos professores Gazzi e Santinha de Sa, que tanto sucesso já alcançou nas duas primeiras representações.

Este festival será realizado na sexta-feira às 16 horas no Cine Teatro Plaza.

Os ingressos para o aludido festival se acham a venda na Escola de Musica "Antônio Navarro" a preços populares.

O enterramento, ontem, do sr. Pedro Ulisses

Com grande acompanhamento, realizou-se, ontem, o enterramento do sr. Pedro Ulisses de Carvalho, ex-adeilado público nesta cidade e figura de destaque em nossos círculos sociais. Acompanharam o feretro, além da família do morto e parentes, o interventor Ruy Carneiro, autoridades, representantes da magistratura, adidos e inúmeras pessoas das relações de amizade do saudoso parabaense.

Precisamente, às 8 horas, começou a movimentar o cortejo em direção ao cemitério do Senhor da Boa Senença.

Sobre o esquife viam-se inúmeras corações depositadas por pessoas da família e amigos do extinto.



O interventor Ruy Carneiro quando pronunciava o seu patriótico discurso.

ONTEM, às 11,30, no salão de honra do Palácio da Redenção, perante altas autoridades civis e militares, secretários de Estado, representantes das classes conservadoras, do comércio e da indústria, jornalistas e inúmeras pessoas de destaque, foram solenemente inaugurados, como homenagem da Paraíba aos maiores estadistas da América na época atual, dois grandes e magníficos quadros dos presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, executados a óleo pelo exímio pintor conferenciano sr. Frederico Falcão.

Ao declarar inaugurados os dois quadros, o interventor Ruy Carneiro pronunciou vibrante e entusiástico improviso. Disse S. Excia. que a apositão da quele dois retratos, nestes dias decisivos, constituía uma homenagem da Paraíba aos vultos inconfundíveis dos maiores estadistas da América: Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt. A seguir, acrescentou que, ao lado do quadro do presidente João Pessoa, que também ali figura numa homenagem desta terra ao martir da liberdade e dos ideais democráticos na Paraíba, iam ser inaugurados,

os quadros dos estadistas que, nesta hora de esmagadora da história da humanidade, são os paladinos da liberdade dos povos americanos. Era um testemunho de que confiamos serena e resolutamente na vitória da causa da justiça e da liberdade. Para essas duas figuras mágicas do hemisfério ocidental nos voltamos cheios de esperança e confiantes na vitória da causa das democracias. E quaisquer que fossem as provações, sacrifícios ou triunfos, saberíamos manter bem viva a fé que depositamos nos dois grandes líderes do Continente. E acentuou que, em face da Europa devastada pela miséria e horrores da guerra, os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt asseguraram a vitória dos povos livres e a certeza de um mundo melhor, mais digno e mais nobre para todas as nações, nesta etapa confrangedora da história da civilização.

As palavras do interventor Ruy Carneiro foram calorosamente aplaudidas pelos presentes.

O DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

A PROPOSITO da assinatura do decreto-lei aprovando o Estatuto dos Funcionários públicos dos municípios do Estado da Paraíba, de que deu comunicação ao presidente Getúlio Vargas, o interventor Ruy Carneiro recebeu o seguinte telegrama:

RIO, 31 — O Presidente da República agradece as congratulações do telegrama em que lhe comunica haver promulgado o Estatuto dos Funcionários dos municípios desse Estado, por ocasião das comemorações do Dia do Funcionário Público.

Cordiais saudações. — Luiz Vergara, Secretário da Presidência.

Prêsa a cigana

SAO PAULO 31 (A. M.) — Foi presa a cigana russa Angela Ivanovitch que tinha um escriptorio de quironomia. A quironomista apropriou-se de 28.300\$000 do sr. Adolfo Josezini, com o pretexto de curar o sogro deste de uma perna molesta. Entre outros lesados figura o sr. Marcelinos Piffer que entregou 2.700\$000 a quironomista para fazer seu casamento com uma viúva.

AJUSTAMENTO DAS QUOTAS DE CARBURANTES

Uma portaria do Coordenador da Mobilização Econômica

RIO, 31 (A. N.) — O Ministro José Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica assinou ontem a seguinte portaria:

Considerando a necessidade imperiosa de serem atendidos desde já os justos reclamos em alguns Estados abastecidos de carburante pelo Distrito Federal:

Considerando que se impõe um ajustamento das quotas que atenda melhor a necessidade dos Estados o que é permitido na atual situação de "stocks" e tendo em conta que, embora se esteja procedendo a estudos sobre o reajustamento das quotas nos demais Estados, de acordo com as possibilidades dos "stocks" e transportes, não existe o interesse de protelar a solução para os Estados cujo problema de reajustamento das

quotas já foi suficientemente elucidado, resolve:

- 1.º — Os Estados do Espírito Santo, Rio, Minas Gerais e Distrito Federal a partir do dia 1.º de novembro, terão elevada a quota diária de álcool-motor nas seguintes quantidades em litros: Espírito Santo 6 mil, Rio 50 mil, Minas Gerais 40 mil e Distrito Federal 15 mil;
- 2.º — A quota mensal é calculada na base de dias úteis;
- 3.º — As quotas de álcool necessárias a este abastecimento serão entregues ao Instituto do Açúcar e do Alcool e nas companhias de petróleo para a fabricação de álcool a motor;
- 4.º — A quota de álcool motor fixada em cada Estado só poderá ser distribuída pelas companhias obedecendo às determinações do Governo estadual ou forma a atender as necessidades do próprio Estado.

NOTÍCIAS DO PAÍS

Do Rio

RIO, 31 (A. N.) — Estiveram ontem no Ministério da Guerra os técnicos americanos que se encontram em nosso país realizando estudos acerca do alumínio.

RIO, 31 (A. N.) — Tendo os jornais comentado e criticado a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento aumentando os salários dos empregados nas empresas de ônibus, o Conselho Nacional do Trabalho forneceu uma nota à imprensa informando que a Justiça Traba-

lhistas tem competência para aumentar os salários dos empregados de qualquer classe. Acentua que a constituição das leis trabalhistas reconhece essa competência sendo certo que a nossa legislação prevê a solução de tais dissídios, quando em outros países pelos mesmos motivos greves e divergências profundas entre patrões e empregados.

RIO, 31 (A. M.) — O promotor Frederico Muller requereu o arquivamento do processo instaurado contra Eulálio Melo. A vítima é uma jovem, menor de 18 anos que pressuía delatá-lo à polícia, acusando Eulálio Melo de entretanto, à vista das provas contidas no inquérito, o promotor não encontrando elementos para denunciar o acusado, requereu o arquivamento do processo sob a alegação de que "a lei não protege uma moça que se convenciona a chamar-se de "emancipada" nem tampouco aquela que não sente o direito legal de denunciar, ainda por promessas evidentemente insinceras".

ENCERROU-SE O CURSO DA ESCOLA DO ESTADISTA MAIOR DO EXÉRCITO

O presidente Vargas presidiu a entrega de diplomas

RIO, 31 (A. M.) — O presidente Getúlio Vargas antes do encerramento das solenidades havidas hoje na Escola do Estado-Maior do Exército pronunciou um pequeno discurso congratulando-se com os presentes por ter assistido à entrega de diplomas de mais uma numerosa e brilhante turma da Escola do Estado-Maior "O Brasil" — disse o presidente Getúlio Vargas — está em guerra e se prepara para a luta. Aumentou os seus quadros militares e entrega-lhes armas e equipamentos. Nunca, como agora, as Forças Armadas tanto necessitam de oficiais do Estado-Maior. Chegou o momento para que esses oficiais tenham que aplicar na prática o que aprenderam nos livros, exercícios e manobras. Terminou o rápido improviso desejando que os novos oficiais, diplomados, tenham maiores êxitos na sua carreira. Concluiu disse "O Exército espera e a Pátria confia em vós".

RIO, 31 (A. M.) — Foi tornado sem efeito a transferência do segundo-tenente do quadro de polícia auxiliar de Polícia de Patricio de Almeida da Base Aérea de Belém para a Escola de Especialistas da Aeronáutica.

RIO, 31 (A. N.) — Realizou-se ontem na embaixada do Chile a entrega ao sr. Mario Moreira da Silva, chefe da divisão econômica do Itamaraty da condecoração de Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito da República Chilena.

RIO, 31 (A. N.) — Foram instalados, ontem os trabalhos do

(Conclue na 6.ª pag.)

Interventoria Federal no Rio Grande do Norte

Comunicando a transmissão do Governo norte-rigro-grandense ao Sr. Secretário Geral do Estado, por ter de viajar ao Rio, o interventor Rafael Fernandes enviou ao interventor Ruy Carneiro o seguinte telegrama:

NATAL, 31 — Comunico a v. excia. que devedo viajar ao Rio em interesses da administração transmito o exercício da Interventoria ao Sr. Aldo Fernandes. Ruy Carneiro, meu substituto legal. Cordiais saudações. — Rafael Fernandes, Interventor Federal.

A GRANDE FESTA POPULAR, ETC.

(Conclue da 3.ª pag.)
Novidades terá lugar ali, estando anunciadas ainda muitas outras surpresas. UMA ORQUESTRA REGIONAL.

Vindos de Itabaiana far-se-á o e também, na festa de hoje, uma orquestra regional constituída de elementos conhecedores da música popular brasileira e organizada naquela cidade, por iniciativa do sr. Pinto Ribeiro.

Emprestando o seu apoio à iniciativa da Comissão Estadual da L. B. A., o sr. Severino Pereira, preteridário do Casino do Parque, suspendeu a natal de hoje, nesse Casino, uma maior realce da festa popular, no parque Arruda Camara.



Grupo apinhado no salão de honra do Palácio da Redenção na inauguração, ontem, dos retratos dos presidentes Roosevelt e Getúlio Vargas.

SERVICO DE DEFESA PASSIVA ANTI-AEREA

SIRENES DE MAIOR RAIO DE AÇAO — INSTRUÇÕES PARA O PUBLICO

A DIRETORIA Regional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea está promovendo a instalação de sirenes de maior raio de ação de maneira que possam de melhor forma, alertar a população nos exercícios e em casos de ataques aéreos.

Dessa forma, possivelmente hoje, serão ouvidos sons da sirene colocada na torre da Secretaria do Interior, não significando, entretanto, o sinal de exercício ou de alarme, mas uma simples experiência no funcionamento desse aparelho.

Ficou assim, a população avisada de que não tem outros efeitos esses sons que se farão ouvir.

INSTRUÇÕES PARA O PUBLICO

IV — Medidas a serem tomadas por todos na previsão do combate aos focos de incêndio.

No decorrer de um ataque aéreo, os incêndios podem manifestar-se por múltiplas razões:

- a) efeitos das bombas incendiárias — de termite, electron, ôstero ou carregadas com substâncias inflamáveis;
- b) efeitos das bombas explosivas — que recebem os reservatórios ou os encanamentos do gás da iluminação; que provocam curtos circuitos na corrente elétrica; que rebenham os reservatórios de líquidos inflamáveis (gasolina, kerosene, óleo etc.).

3) Em qualquer caso, o bom êxito dos trabalhos de extinção do fogo depende, antes de tudo, da rapidez da intervenção e do judicioso emprego dos meios de extinção.

Todos devem ter sempre presente na lembrança o velho conselho dos experientes: Extingue-se um incêndio:

- no 1.º minuto — com um copo d'água;
- no 2.º minuto — com um balde d'água;
- no 3.º minuto — com uma tonelada d'água.

após o 3.º minuto, far-se-á o que for possível.

3) Um ataque aéreo com bombas incendiárias pode produzir um grande número de focos, o qual, se não combatidos a tempo, podem originar múltiplas grandes incêndios, cuja extinção pela corporação de bombeiros será muito difícil.

4) Para isso, bastará que sejam previstos as medidas que se seguem e que, em cada habitat, casa de fábrica, colégio, hospital, casa de habitação coletiva, etc. um ou mais moradores ou empregados, saibam utilizar o material necessário para o ataque e extinção dos focos e mesmo do incêndio no seu início.

As medidas a serem tomadas são as seguintes:

- a) desentulhar os sótãos e andares mais elevados dos edifícios, para isso retirando-se todos os materiais de fácil combustão (calçados, malas, roupas, móveis de madeiras, etc.), a fim de limitar a propagação dos incêndios;
- b) desde que os sótãos ou andares mais elevados tenham sido esvaziados dos referidos materiais, espalhar no assoldo, uma camada de areia ou de terra seca, de cerca de dois centímetros de espessura, a fim de evitar que as bombas incendiárias possam formar focos de incêndios.

Está bem visto que estes dois primeiros conselhos se referem a edifícios construídos com estrutura de madeira e cobertos de telhas:

c) ter depositados nos sótãos e andares superiores, alguns sacos (grandes e pequenos), ou depósitos de areia ou terra seca, destinados a facilitar o ataque às bombas incendiárias;

d) manter, junto aos sacos ou depósitos de areia, uma ou duas pás, se possível, de cabo longo;

e) ter à mão, nas proximidades dos sótãos e dos andares superiores, um ou mais "aparelhos extintores de incêndios" (do tipo aprovado pelo Corpo de Bombeiros) e saber utilizar-se deles.

Ter sempre à disposição nas proximidades dos referidos compartimentos, alguns depósitos (pipas, baldes, galões, etc.), cheios d'água e ainda sempre que possível, u'a mangueira para água, das de compressão manual. Será sempre útil manter a lanterna da casa cheia d'água; o será, também de muita utilidade que seja depositada nas proximidades dos locais já aludidos uma haste alongada com ponta de ferro e picareta, etc. e uma lanterna elétrica de socorro.

Além das medidas de prevenção acima indicadas, será muito bom que cada qual vá, desde já, tratando de limpar-se tanto os seus tecidos, roupas, tapetes, reposteiros, cortinas, etc. como as peças de madeira expostas da construção dos edifícios.

(Continua)

1.189 MALAS POSTAIS DE UMA SÓ VEZ

Volta à antiga normalidade o serviço dos Correios — Uma entrevista com o Diretor Regional desse Departamento na Paraíba

VIRA o "reporter" passar um caminho, pela rua do Comércio, lotado de malas do Correio. O volume de malas afluía a sua curiosidade que se ampliou, seguindo o veículo.

E este parou em frente do edifício dos Correios e Telégrafos e logo as malas foram descendo, isto é, foram sendo descaídas, para não entrarmos aqui com muita força de expressão.

Assistiu o "reporter" a este espetáculo aliás, muito comum, de uma penetrante curiosidade, porque outro caminho parava no mesmo sítio, e ali, coladas já não era tão comum, e não era porque é sabido que há tempo não tocam vapores no porto de Cabedelo.

Logo, nada mais natural do que uma investida por sobre os Correios. Sim, era natural que a besbilhotice do jornalista procurasse saber o que havia.

E tudo foi fácil, por intermédio de um convívio com o sr. Gilberto de Araújo Lima, Diretor regional dos Correios e Telégrafos.

Foi por meio desse encontro, aliás, muito cordial, pois o diretor da repartição se mostrou satisfeito com a curiosidade do jornalista, que tivemos conhecimento do que ali ocorria.

Com os vapores chegado, ontem, do sul do país, foram recebidas em Cabedelo 1.189 malas postais, de várias procedências. Tudo correspondência destinada a esta capital e ao interior.

Quando estivemos, ontem, nos Correios, nas 4.ª e 5.ª Seções

o trabalho era pesado. Os funcionários se desdobravam para dar conta do recado. E os chefes de seções e mesmo o diretor tudo examinavam a fim de que a distribuição se processasse com a máxima brevidade.

E o pensamento do sr. Gilberto de Araújo Lima inciar a

na de amizades? Negócios felizes e desfeitos. Censuras e comentários são possíveis, talvez, até desastrosos. Mas, o que se sabe bem é que, de qualquer forma, a situação melhorou.

E é o diretor regional que o diz no seguinte aviso:



Caminhões cheios de malas e distribuição da correspondência no dia 3 de novembro.

os funcionários no seu posto. "DIRETORIA REGIONAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, deste Estado avisa ao comércio e ao público, em geral, que, pelos vapores chegados ontem do sul do país foram recebidas no ancoradouro de Cabedelo, 1.189 malas, de várias procedências, contendo correspondência destinadas a esta capital e ao interior.

Os recipientes estão sendo devidamente conferidos nas 4.ª e 5.ª Seções, por turmas que se revezam, a fim de que o serviço da distribuição da correspondência se processe com a máxima regularidade a partir do dia 3 deste mês, tendo em vista o atraso que sofreu na sua condução por via marítima, pelos perigos a que está exposta a navegação pacífica.

Agora, ao que parece, tudo vai normalizar-se. Esta é a esperança do diretor regional dos Correios e Telégrafos na Paraíba que alia a sua competência funcional a um dinamismo que merecidamente nos atraiça elogios. A estes juntar-se-ão com certeza os elogios do comércio que, vamos dizer mesmo de passagem, sofre consideravelmente quando não recebe correspondência.

Gostamos de ver como na repartição as turmas se revezam. Vimos funcionários quasi afluídos em meio daquelas ondas de malas. Suaviam, porém, continuavam a trabalhar, numa perfeita compreensão do cumprimento do dever.

O funcionário postal ainda é um lutador que não apresenta troféus. Vive anonimamente, num trabalho que até parece exclusivamente manual.

Mas, o que admira é dizermos aos nossos leitores que se preparem que as correspondências vão chegar.

Diante daquela montanha de malas postais ficamos a imaginar os projetos, resoluções e sugestões que toda aquela correspondência contém.

Notícias velhas que vão aparecer como novas. Cartas sentidas dos filhos ausentes que talvez já tenham outras novas a dar. Quem sabe se no meio daquele pandemônio de papéis selados e carimbados não há pedidos de casamentos e rui-

MILHOES



DE PESSOAS TEM USADO COM BOM RESULTADO O POPULAR DEPURATIVO DO SANGUE.

Elixir 914

A SIFILIS ATACA TODO O ORGANISMO!

O Fígado, o Baço, o Coração, o Estômago, os Pulmões, a Pêlo, Produz Dores de Cabeça, Dor nos Ossos, Reumatismo, Cegueira, Síncope, etc. O Cabelo, Amarelado e faz os indivíduos, idêntica Comissão do México e tome o popular depurativo ELIXIR 914. Ineficaz no organismo, agradável como um licor.

O ELEXIR 914 está aprovado pelo D. N. S. P. como auxiliar no tratamento da Sífilis e Reumatismo da mesma origem.

Um destroyer britânico afundou o 3.º submarino

O "Walverin" também pôs a pique o submarino-geral do capitão Prinz — O Reich regressa à ideia de que o Chile rompa com o "eixo"

LONDRES 31 (U. P.) — O "destroyer" britânico "Walverin" afundou o seu terceiro submarino alemão. É o primeiro capitão de fragata comandante do "destroyer" inglês que se refere aos acontecimentos. É mais digno de menção o feito do "destroyer" por se acreditar que foi também o "Walverin" unidade que pôs a pique há tempos o submarino do comandante do 3.º submarino alemão Prinz Dix. O comandante não foi possível rescatado pelos sobreviventes do submarino nazista afundado.

RESTA A SE COM O COMANDO DO CHILE

LONDRES 31 (U. P.) — A "Ex-Change Telegraph" transmite a seguinte informação: A emissora de Vichy ao emitir um porta-voz da imprensa alemã informa que o Reich se resuma à ideia de que o Chile rompa as relações diplomáticas com os países do "eixo" em vista da política que tem sendo seguida pelo gabinete do presidente Ríos.

"RAIDS" NAZISTA CONTRA O SUL DA INGLATERRA LONDRES 31 (U. P.) — A aviação alemã desfechou hoje em pleno dia um forte ataque contra o sul da Inglaterra. Participaram no ataque cerca de 50 aparelhos que cruzaram os ares em todas as direções, tenazmente atacados pelos caças da RAF. Acreditava-se que foi uma das maiores de maior vulto em vista da política que tem sido seguida pelo gabinete do presidente Ríos.

Produz Quasi Tudo Para A SUA ALIMENTAÇÃO LONDRES 31 (U. P.) — A Inglaterra está produzindo quasi tudo o que necessita para a sua alimentação. Foi essa a declaração feita pelo secretário parlamentar do Ministério da Agricultura, sr. Tom Williams, quando afirmou que 66% dos alimentos ingleses são produzidos na Grã Bretanha.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

FRONTIERA FRANCESA 31 (U. P.) — Informa-se que as esposas, irmãs e novas dos trabalhadores que devem submeter-se a exames médicos para efeito de conversão de trabalho se aglomeraram na frente dos hotéis onde se hospedaram os médicos alemães e apear da tentativa de evitar a saída para a França, impediram que os mesmos fossem aos centros de recrutamento. Numerosas fábricas declararam greve em sinal de protesto contra a medida.

Golpeado o exercito nazista pela estratégia de Timoshenko

(Correspondência da UNITED PRESS)

MOSCOW, 31 — (U. P.) — Mais uma folha do calendário é arquivada no passado. Decorrido o mês de outubro encontra-se o possante exercito alemão paralisado no mais limitado teatro de operações da história.

Em toda a linha meridional despedra-se contra as linhas russas a desesperada ofensiva alemã. Além de resistir com a maior firmeza às investidas dos nazistas, em alguns pontos os russos acabam de recupear as posições antes abandonadas. Embora as tropas germanicas invistam contra Nalchik, os russos, firmes nas novas posições defensivas, repelem todos os ataques. As unidades e quasi intransponíveis montanhas setentrionais do Cáucaso representam um fator importantíssimo no plano de defesa dos russos. Por isso, de avançar pela estrada militar da parte do terreno, com o fim de avançar a opinião de muitos observadores.

Entretanto, defensas estão em condições de impedir militares as tentativas de avançar a cadeia de montanhas em qualquer dos ataques de transportar a cadeia de montanhas em direção ao leste. Todos os indícios são de que a ofensiva estival alemã de siderar praticamente fracassada.

Em toda a linha meridional despedra-se contra as linhas russas a desesperada ofensiva alemã. Além de resistir com a maior firmeza às investidas dos nazistas, em alguns pontos os russos acabam de recupear as posições antes abandonadas. Embora as tropas germanicas invistam contra Nalchik, os russos, firmes nas novas posições defensivas, repelem todos os ataques. As unidades e quasi intransponíveis montanhas setentrionais do Cáucaso representam um fator importantíssimo no plano de defesa dos russos. Por isso, de avançar pela estrada militar da parte do terreno, com o fim de avançar a opinião de muitos observadores.

DR. ARNALDO GOMES

Curso de especialização com o Prof. Clementino Fraga no Hospital de Isolamento S. Sebastião no Rio de Janeiro. Diagnóstico precoce de tuberculose e tratamento por processos modernos.

Rua Barão do Triunfo, 430 1.º andar — Tel. 1.656 JOAO PESSOA

PARAIBANOS! Todos os reservistas da Paraíba devem estar preparados para atender a chamada às fileiras do Exército. A Paraíba nesta hora delicada da vida nacional saberá ser digna do seu glorioso passado.

PARAIBANOS! Todos os reservistas da Paraíba devem estar preparados para atender a chamada às fileiras do Exército. A Paraíba nesta hora delicada da vida nacional saberá ser digna do seu glorioso passado.

PARAIBANOS! Todos os reservistas da Paraíba devem estar preparados para atender a chamada às fileiras do Exército. A Paraíba nesta hora delicada da vida nacional saberá ser digna do seu glorioso passado.

PARAIBANOS! Todos os reservistas da Paraíba devem estar preparados para atender a chamada às fileiras do Exército. A Paraíba nesta hora delicada da vida nacional saberá ser digna do seu glorioso passado.

PARAIBANOS! Todos os reservistas da Paraíba devem estar preparados para atender a chamada às fileiras do Exército. A Paraíba nesta hora delicada da vida nacional saberá ser digna do seu glorioso passado.

DR. NELSON GARREIRA
CIRURGIA — RAIOS X
Consultas de 8 às 11 e 13 às 18 horas.
Residência: 1053
Chamados telefones: consultório 1008
Residência 1008

Consultório: Ladrela Guedes Azevedo, apêndice Cirurgia, especialmente do estômago, útero, endométrio e vias biliares.
CIRURGIA NAS AFECÇÕES DA MULHER
Controle radiológico servido por um dos mais modernos e potentes aparelhos instalados em todo o norte do País, sob moldes estritamente científicos.

Pedro Americo, caricaturista

Um aspecto desconhecido da personalidade do grande artista — Em 1870, quando o pintor tinha 27 anos — Raridades da

Biblioteca Nacional

Por Amadeu Amaral Junior

Em data de 13 de agosto deste ano, a revista Vamos Ler, editada pela Empresa A Noite, publicou o seguinte artigo sobre Pedro Americo, de autoria do escritor Amadeu Amaral Jr. Na Biblioteca Nacional existe uma notabilissima secção dedicada a jornais e revistas, onde se encontram exemplares de publicações que surgiram nos mais variados pontos do país desde os primeiros tempos tipográficos que se fizeram entre nós. Volta e vez descobrimos coisas do arco da velha nessa como em outras seções da Biblioteca.

Um dia destes encontramos lá uma ficha em que se lê: "Comédia Social, semanário, Rio de Janeiro, 1870". Alguém acrescentara a tinta: "Caricaturas de Pedro Americo". Pedro Americo caricaturista? Eis um aspecto inteiramente desconhecido da personalidade do illustre artista. Fizemos vir o volume e o esperamos com bastante ansiedade pois não é raro que a Biblioteca deslida a gente, alegando que os volumes estão em consulta.

Veio o volume, composto de exemplares de várias revistas: "O Lobishomem", "Paraguai Ilustrado", "A Comédia Social" e "O Brasil Ilustrado". "O Lobishomem" se dizia uma "Revista de estudos de comprimentos e cortezias".

Aparecia na corte, como se chamava o Rio antigo, e a data era, realmente, aquela que a ficha indicava (1870). Muita coisa interessante se encontra nesse primeiro número da referida publicação. Nada, porém, nos pareceu mais pitoresco do que esta notícia teatral, que vai reproduzida taquial está no original:

"Genuino" — Lírico, — Amanhã sobe à cena pela primeira vez neste teatro o "Caricani". Muito se tem apregoado do mérito desta obra. Eu, porém, já lhe vaticino grandes aplausos embora a não conheça porque no fim de contas há de ser curioso e divertido o cantar em italiano. Se fosse em francês ou holandês, vá, tinha sua explicação na história mas em língua macarrônica que nunca se perdeu cá pelo Brasil é para ficar a gente espalmeado. Essa nota trata de uma peça de redigida na primeira pessoa, não tinha assinatura e o mesmo aconceita com toda a seção a que pertencia.

"Paraguai Ilustrado" de que figura no n. 4 desse volume, apresentava-se como um semanário "panfletométrico, asnerístico, burlesco e galhofeiro". Publicava-se aos domingos e pelas alturas de 1865. Era dirigido por um certo assumido relativamente a guerra que tivemos com esse país vizinho. Ótimas ilustrações, muito mais caricaturais do que outras conhecidas da época que são antes desenhos de ganhos e coisas caricatas. Infelizmente não estão assinadas pelo autor.

Chegamos, afinal, à revista que nos interessa principalmente.

te a "Comédia Social". Era um hebdomário popular e satírico, de que vimos o n. 39. São vários os desenhos que ilustram esse número e que se atribuem a Pedro Americo, tendo em alguns desses desenhos são alusivos à guerra franco-prussiana que então se travava, assim, por exemplo, o da primeira página, que figurava um prussiano afogado numa mulher (a raça latina) num mar de sangue.

Na última página do mesmo número há outros desenhos, também atribuídos a Pedro Americo e bem melhores que os anteriores. Um deles, tendo em vista assinado, é ignoramos porque a Biblioteca supunha que fossem de Pedro Americo. O estilo tem alguma coisa do de Angelo Agostini. Outros números vimos da mesma publicação, o de n. 33, datado de 1871, dedica uma página à Comuna de Paris ou coisas a ela relativas. São esboços ligeiros cheios da vida e graça.

Que album maravilhoso não dariam todos esses desenhos! Mas serão efetivamente de Pedro Americo?

O DINHEIRO NÃO VALE PERDER O SEU VALOR

Uma recomendação da Curia de S. Paulo aos vigários do interior, contra os exploradores

S. PAULO, 31 — (A. M.) — Alertando os fiéis contra possíveis explorações a Curia Metropolitana de São Paulo baixou um aviso que passamos a resumir. O tal aviso diz inicialmente: "Tendo chegado ao conhecimento desta Curia Metropolitana que pelos sites e fazendas andam certas pessoas praticando grandes explorações a ingenuidade dos trabalhadores do campo, em sua imensa maioria pouco instruídos e sumamente timidos, dizendo-lhes que o seu dinheiro vai perder todo o valor se não trocarem por outros de ganho maior, e para fazer essa operação em desconhecimento de vós defraudar por completo as parcas economias desta boa gente sertaneja, que guarda sempre para as surpresas de doença ou morte, o Arcebispo Metropolitano vem de advertir o reverendo clero secular e regular, principalmente os párocos das zonas rurais, que defendam com toda a energia e tenacidade o patrimônio particular destes pobres homens com os seus bens, e não se deixem levar por estes malfazeiros que não se cuidam de se aproveitar da ingenuidade alheia para se enriquecer licitamente".

dro Americo? E serão trabalhos originais? Talvez fossem da mão do artista, mas adaptação de caricaturas francesas e inglesas e seja essa uma das razões porque não assinou essas produções.

Sem deixar a Instituição que Rodolfo Garcia dirige subimos à seção de livros e fizemos baixar o livrinho de Luiz Guimarães Junior a respeito do grande artista. Es é um livro editado há mais ou menos a mesma época, 1871, está subordinado ao título geral de Galeria Brasileira.

A primeira "informação" útil que me dá esse livrinho, de envolver com muita literatura barata, é a de que o futuro illustre pintor, nasceu em Areia, a 29 de abril de 1843. Tinha, portanto, 27 anos naquela época.

Outra informação digna de registro que nos fornece Luiz Guimarães Jr. é a de que Pedro Americo fazia caricaturas nas quadras altas do século XIX, e o compara precisamente a Gavarni, intitulada "Cenas da vida parisiense". O n. 63, já de 1871, traz desenhos magníficos alusivos a fatos da vida da vida. O n. 74, de 1873, datado de 1871, dedica uma página à Comuna de Paris ou coisas a ela relativas. São esboços ligeiros cheios da vida e graça.

Acrescenta o biógrafo do pintor que em 1859 Pedro Americo se matriculou na Academia de Belas Artes de Paris, onde foi discípulo de Horace Vernet que, observamos nós, muito influenciou em sua arte, dando-lhe o gosto pelas pinturas de batalhas.

Mas só a páginas 72 é que achamos o que procurávamos: "Não nos esqueçamos de que Pedro Americo é um espirituoso e admirável caricaturista. Ao lapiz de Meissonier, na correção do perfil e à graça superabundante de Henri Monnier, nada tem a desvantagem de certos artistas, original e espontânea de Pedro Americo. Ainda não há muito que ele desenhava um jornal ilustrado com inintencional pericia e espirito". E em nota explica que o referido jornal ilustrado era "A Comédia Social, em que tinha por colaborador (o comentário não me seu, é de Luiz Guimarães Jr.) seu irmão Aurelio de Figueiredo, jovem e esperançoso aluno da nossa Academia".

Parce, pois, que há base suficiente para se acreditar que os desenhos são realmente de Pedro Americo. Apenas o cabeçalho da "Comédia Social" é que está assinado por Aurelio.

O PANICO IMPEDIU A EFETIVA RESISTENCIA DOS BELGAS EM 1914

O PROBLEMA da segunda frente, que é natural pelo debate político surgido em torno dele, tem sido objeto de tantas confusões que é necessário fazer um esforço para retornar ao estado normal, não muito obscuro. Não pretendo discutir-lho nos seus detalhes materiais, pois isto seria um sem fim de conjecturas destituídas de resultados, e por outro lado a simples cronista política não sobria competência para entrar em pormenores dessa ordem. Mas há um certo número de aspectos da questão que os fatos, nos últimos dois meses, sobretudo, vieram tornar evidentes, e que contribuem para esclarecer até um certo ponto a razão de ser da convergência.

A necessidade da segunda frente, que ninguém discute em si, pode ser encarada de duas maneiras. Se o seu objetivo fosse impedir o esmagamento dos russos, a fim-de que estes ainda estivessem em condições de intervir com eficácia na ofensiva final contra os alemães, a segunda frente deveria ser aberta este ano, custasse o que custasse, e a rigor já deveria ter sido aberta, pois estaria no fim da estação de campanhas, sobrando, no entanto, um certo objetivo limitado; seria, em ultimo análise, um objetivo de natureza defensiva; impedir o esmagamento dos russos, estaria, sem dúvida, justificada pelo fato de que a presença do exercito russo, na ofensiva final prevista para 1943, é indispensável, pois do contrário os alemães estariam em condições de lançar a totalidade das suas forças contra os russos e norte-americanos, e quem poderia desfechar uma ofensiva seria eles. A guerra che-

OMBLAGRE DA SULFANILAMIDA ENTRE AS VITAMINAS DA GUERRA

Por Valdemar KAEMFFERT (Copyright da INTER-AMERICANA)

NOVA YORK, Outubro (Por avião) — Os cirurgiões do Exército e da Marinha dos Estados Unidos estavam preparados para os japoneses que invadiriam contra Pearl Harbor na manhã de 7 de dezembro de 1941, pois dispunham de grande estoque das chamadas Drogas Sulfas (Sulfanilamida, Sulfadiazina, Sulfadiazina e Sulfaguanidina).

Com essas drogas foi estabelecido um registro sem paralelo, nos anos cirúrgicos. Durante dez dias, vinte e quatro horas por dia, várias turmas de cirurgiões rezevaram na ardua arreja de operar feridos em lugares práticos às escutas. Das enfermarias, médicos e enfermeiros cumpriram o seu dever à luz fraca e intermitente de refletores providos de vidros azuis. Só eram enviados diretamente para a sala de operações os feridos que necessitavam de imediatos cuidados cirúrgicos. Desde há muitos que se considerou em seis horas o período máximo de tempo para os curativos a que poderiam estar sujeitas as vítimas de lacerações graves. Mas a maior parte dos feridos esperou durante alguns dias uma aplicação de soro anti-tetânico e um pouco de sulfanilamida em pó nos ferimentos. Verificamos que os curativos a que se procedia eram de natureza consequencial do choque operatório, mas as infecções apenas atingiram os feridos que tinham sido tratados antes de chegarem ao hospital.

Quem quer que visite os exercitos que se batem na China, Tíbet do Mar do Sul e no norte da África, que esteja nos hospitais-base e nos de campanha? As drogas do grupo Sulfas prestando os mais relevantes serviços, que curando disenteria, que evitando a gangrena, que dominando males que outrora eram mais perigosos que os das doenças infecciosas. O envenenamento do sangue, antes encarado com horror, é hoje curado. As úlceras e feridas, causadas pelo estresse, que antes eram fatais, são hoje curadas. As sífilis, até, cedem ante as milagrosas Drogas Sulfas. A peritonite não mais constitui um caso de vida ou morte. A Sulfapiridina e a Sulfadiazina são as drogas mais usadas em pneumonia com tanto êxito, que até as temperaturas de 39 e 40°C, frequentemente baixam e o paciente volta à temperatura normal em 24 horas. O próprio resfriado comum tem sido impedido de se converter em gripes e em outras graves doenças miraculosas drogas.

De um golpe foi vencido um grupo completo de moléstias infecciosas. O envenenamento do sangue, antes encarado com horror, é hoje curado. As úlceras e feridas, causadas pelo estresse, que antes eram fatais, são hoje curadas. As sífilis, até, cedem ante as milagrosas Drogas Sulfas. A peritonite não mais constitui um caso de vida ou morte. A Sulfapiridina e a Sulfadiazina são as drogas mais usadas em pneumonia com tanto êxito, que até as temperaturas de 39 e 40°C, frequentemente baixam e o paciente volta à temperatura normal em 24 horas. O próprio resfriado comum tem sido impedido de se converter em gripes e em outras graves doenças miraculosas drogas.

MAU TEMPO

RIO, 31 (A. M.) — Permanece o mau tempo que reina na cidade há quasi duas semanas.

O mundo encontra-se em presença de um extraordinário progresso no campo da química. Mas que a química da moléstia por meio de produtos químicos.

Todos os remédios são substâncias químicas, do que se deduz que os médicos sempre trataram as moléstias químicas. Mas que a química moderna inclui é que tem dado margem a diversidade de opilónio.

Paul Ehrlich, que inventou o termo, limitou-o ao tratamento químico das moléstias causadas por bactérias. Os farmacologistas são inclinados a considerar a quimioterapia como aquele ramo da ciência que trata do efeito químico das drogas nos organismos vivos. Se aceitamos esta definição ampla, podemos entre os agentes quimioterápicos as vitaminas, os hormônios, os analgésicos, os entorpecentes e os extratos de plantas que curam a anemia ferídica.

A quimioterapia, mesmo como a conhecemos hoje, já existe há séculos. Quando os índios peruanos trataram a malária com a casa da chinchona, da qual é derivada a quinina, estavam praticando a quimioterapia. Mas que a quimioterapia moderna começou com o estudo clássico que Ehrlich fez da sífilis. Ehrlich sabia que, se não forem mais usados por uma tinta, alguns germens não podem ser vistos sob o microscópio. Devido a certa afinidade química, selecionou uma tinta que procurou o germen mas não o meio que o circunda, de sorte que o torna visível.

Ehrlich decidiu aplicar esta teoria, sua alíla, à moléstia do câncer. Ele tentou por um protótipo microscópico chamado tripanosoma e que é transmitido pela picada da mosca tsé-tsé. Tentou numerosas tintas e eventualmente descobriu que a simples aplicação de algumas gotas de solução de sua obra nasceu a concepção da destruição de germens pela terapia esterilizante, a que Ehrlich deu o nome de "terapia específica magna".

Uma doença causada pelo protótipo chamado espiroqueta, Schaudin, o seu descobridor, frizou que o tripanosoma e o

espiroqueta são similares. Assim sendo, por que não tentar o "606" contra o espiroqueta?

A história das moléstias infecciosas em galinhas e coelhos e a prova final, ouçada, em seres humanos, foi narrada tantas vezes que nos abtemos de repeti-la agora. Basta dizer que o "606" foi de um sucesso raro, mesmo no tratamento da sífilis, mas caiu a teoria da dependência em massa por meio de uma dose forte. De qualquer forma, o espiroqueta conseguiu ocultar-se de sorte que teve de ser atacado por numerosas pequenas doses de "606".

Em 1903, enquanto Ehrlich continuava afanosamente o seu trabalho, um estudante da universidade de Viena F. Gelmoo inventou na sua tese de doutoramento o seu método de preparar um novo composto cristalino orgânico agora chamado Sulfanilamida. Gelmoo não teve sequer a menor ideia de que havia descoberto algo de maior importância medicinal.

Os químicos dos laboratórios alemães "Interessengemeinschaft Farbenindustrie" pensaram que o composto podia ser útil na industria textil se ligada a determinada tinta. Obvieram uma tinta que fixou muito tempo sobre os tecidos. O dr. Gerhard Domagk, Sendo bacteriologista e patologista, contratou os serviços dos drs. Mietzsch e Klarer, dois hábeis especialistas em química orgânica, e seguiram os métodos de Ehrlich devido ao fato de que as tintas derivadas do azobenzeno podiam procurar a bactéria, fez experiências com elas. Chegou à conclusão de que a tinta do Grupo Azo tinha um efeito positivo sobre os estreptococos. Tratava-se da conhecida combinação sulfanilamida. Foi ordenado que se acelerasse a produção do novo composto.

As mais modernas das drogas Sulfas são a Sulfanilamida e a Sulfadiazina, os dois melhores e melhorados da Sulfanilamida. Mas, por que toda esta atividade? Em parte porque a Sulfanilamida é tóxica.

Por que razão as drogas Sulfas são tão eficientes? Elas não matam, como os poderosos esteróides, mas agem diretamente em uma cultura decous, estes continuam a viver mas se reproduzem. No corpo, esses mesmos coeus são narcotizados ou paralizados. Segundo a última teoria, as drogas sulfas interferem com a nutrição do germen, levando à morte pela fome.

ROTARY CLUBE DE JOAO PESSOA

A reunião de ontem

SOB a presidência do sr. Julio Rique, secretário pelo sr. Abelardo Santos, reuniu ontem, às 12 horas, no Casino do Parque Solon de Lucena, o Rotary Clube de Joao Pessoa, com a presença ainda dos rotarianos desta cidade.

Durante a reunião, foi comemorado o Dia dos Comerciantes, tendo, em seguida, o sr. João Morais feito um apañado dos fatos da semana passada, relacionados com a vida do Clu-

be. Os sr. Horácio de Almeida e Julio Rique se referiram ao falecimento do sr. Pedro Ullas, e à sua atuação em nossa terra, sendo enviados telegramas de pesames à família em nome do clube. Foram tratados ainda pelos rotarianos presentes assuntos ligados aos problemas de assistência social, tendo o sr. Abelardo Santos se demorado em apreciações sobre as atividades da Legião Brasileira de Assistência, neste Estado.

NOTÍCIAS DO PAÍS

(Conclusão da 3.ª pag.)

Conselho Consultivo do Departamento de Café com o objetivo de estudar a proposta de regulamentação da D.N.C. para a presidência do D.N.C. para o exercício de 1943.

RIO, 31 (A. N.) — Realizou-se o exercício de alerta contra ataque aéreo, em que obtiveram participação os voluntários e sanitaristas socorristas, experiência que transcorreu em perfeita ordem.

RIO, 31 (A. N.) — O capitão de reserva Lincoln Custodio Nunes que acaba de ser designado para o cargo de assistente naval do Comando Naval do Nordeste com sede no Recife, foi dispensado das funções de encarregado do material do encouraçado "Minas Geraes" da comissão encarregada de completar o fichário dos reservistas da Armada para organizar as relações do pessoal a ser convocado para a comissão geral de inspeção.

RIO, 31 (A. N.) — Em viagem de inspeção viajou na manhã de hoje de avião para São Paulo o Ministro da Aeronautica. Durante a viagem permanência ali visitará as obras do Parque da Aeronautica e as que estão sendo realizadas em Curitiba onde futuramente será instalada uma Base Aérea. Durante a viagem, o ministro visitará a fábrica de motores de avião da Casa de Indústria, direção do Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil e Floresta, oficial de gabinete.

As alternativas da 2.ª frente

Barrêto Leite FILHO (Copyright da INTER-AMERICANA)

Se aberta, ou tivesse sido aberta este ano, com meios ainda insuficientes, poderia bastar para impedir a vitória alemã sobre os russos, mas não bastaria para impedir a vitória alemã. Isto é evidente, ou indiretamente admitido por todos. Podemos ir além: Churchill desenhava, para os que o interpretavam, a perspectiva de um desastre militar sobre o eixo em qualquer caso. Este desastre estaria justificado se servisse para impedir o desmonte dos russos, que seria um desastre maior, do ponto de vista da defesa geral das forças aliadas em presença. Mas qual a perspectiva em consequência? É muito possível que, depois de tamanho golpe os ingleses e norte-americanos não estivessem ainda em condições de tomar efetivamente a ofensiva em 1943. Esta estratégia de expedientes, se bem que não seja sistematicamente condenável, poderia conduzir, no caso concreto, a um prolongamento da guerra.

segunda maneira de encarar o problema da segunda frente é a que consiste em tomá-la como ponto de partida de uma ofensiva destinada a obter decisão militar sobre o eixo. Se os russos, com os seus próprios meios, estavam em condições de resistir aos alemães até o ano vindouro, então a segunda frente não deveria ser aberta, mas sim ser considerada como uma diversão estratégica cujo objetivo fosse aliviar o aliado de teste, mas como uma iniciativa de classes incomparavelmente maior, cujo desfecho seria a vitória sobre o eixo, o que quer que se pense sobre as possibilidades dos aliados, em 1943 é evidente que ali serão muito maiores em 1943. E, em 1943, de acordo com as previsões muitas vezes feitas por Churchill, a Grã Bretanha e os Estados

Viagem a S. Paulo o Ministro da Aeronautica

RIO, 31 — (A. N.) — Em viagem de inspeção viajou na manhã de hoje de avião para São Paulo o Ministro da Aeronautica. Durante a viagem permanência ali visitará as obras do Parque da Aeronautica e as que estão sendo realizadas em Curitiba onde futuramente será instalada uma Base Aérea. Durante a viagem, o ministro visitará a fábrica de motores de avião da Casa de Indústria, direção do Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil e Floresta, oficial de gabinete.

PUBLICAÇÕES

A C. B. — Envidados à nossa redação recebemos os ns. 58-59 do mês de julho e agosto do corrente ano da revista "Automobil Club do Brasil", publicação mensal, editada no Rio

A grande festa popular de hoje no Parque de Tambiá

A União

PATRIMÔNIO DO ESTADO

JOAO PESSOA — Domingo, 1 de novembro de 1942

AMANHÃ, FERIADO NACIONAL

O DIA de amanhã será o da comemoração aos mortos. Nesta cidade realizar-se-ão as tradicionais romarias ao cemitério, o mesmo acontecendo nas cidades do interior.

O 2 de novembro é feriado nacional, porém, tendo-se em vista o que resolveu o Ministério do Trabalho, segundo telegrama anteriormente divulgado, pela imprensa, os estabelecimentos que exercem atividades previstas na portaria ministerial n.º 342, de 7 de agosto de 1940 podem funcionar normalmente, como acontece aos domingos, estando nesse caso os estabelecimentos de indústria de panificação, comércio varejista, gêneros alimentícios e salões de barbeiros, cabeleiros e similares que poderão conservar-se abertos até as 12 horas.

Em nossas oficinas Graficas não haverá trabalho, amanhã, pelo que somente na quarta-feira A UNIAO voltará a circular.

A SITUAÇÃO DO PORTO DE CABEDELO

DESDE que assumiu o Governo do Paraíba, o interventor Ruy Carneiro vem tomando o maior interesse no sentido de ver melhoradas as condições do porto de Cabedelo.

Do mesmo tempo que constituía a importante estrada solocimentada desta cidade, aquele ancoradouro externo, o chefe do Governo paraibano empenhou-se junto aos poderes federais para a realização de importantes trabalhos de dragagem na barra de Cabedelo.

Para a execução deste serviço o interventor Ruy Carneiro, na sua última viagem ao Rio, conseguiu com o Presidente da República um crédito de 2 mil contos, aberto ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, importância esta que já foi transferida para a Delegacia Fiscal deste Estado.

Tudo isso, explicou o ministro João S. Frederico Burlamaqui para o início das referidas obras, recebeu o chefe do Governo, em resposta, o telegrama que transcrevemos abaixo, demonstrando que o Governo não se desvia dos magnos problemas do Estado:

RIO, 30 — Sinto responder o apelo declarando que o serviço ainda não foi iniciado pela falta de material draga, pois a única existente se destina à base naval para a execução de serviços de defesa nacional. Cordiais saudações. — Frederico Cesar Burlamaqui.

CAMPANHA PRO LANCHATORPEDEIRA "PRES. JOAO PESSOA"

Arrecadados até ontem 126.489\$000

A CAMPANHA para aquisição da lancha-torpedeira "Presidente João Pessoa", que a Paraíba oferecerá à nossa Marinha de Guerra continua recebendo a adesão espontânea de todas as classes paraibanas, que, desse modo, dão um testemunho expressivo da sua elevada compreensão cívica, contribuindo para o êxito de um movimento que fala de perto ao programa de defesa da soberania nacional.

Contem, o sr. Evlácio Peixoto, tesoureiro da Campanha, recebeu por intermédio dos srs. Giacomo Zacara, médico do Dispensário Noturno da Saúde Pública, e Francisco Alves de Araujo, presidente da Loja Magonica "Presidente João Pessoa", as contribuições oferecidas pelas referidas instituições para a compra da lancha-torpedeira.

Os universitários de todo o País homenagearão o Pres. Vargas

RIO, 31 (A. N.) — Numero, sa delegação de estudantes universitários visitou o presidente da República para participar-lhe que os universitários de todo o país estavam organizando uma grande homenagem a ser-lhe prestada durante a instalação dos Jogos Universitários que serão promovidos em Porto Alegre. O presidente Getúlio Vargas palestrou com os universitários que reafirmaram a sua exatidão, a sua absoluta solidariedade e o desejo firme de prestarem ao Governo a mais devotada colaboração sem medir sacrifícios e nem esforços.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PELO TESOUREIRO

Até a data anterior 126.369\$900

Dia 31: 126.489\$000

Lista n.º 516 — Loja Magonica "Presidente João Pessoa" 30\$500

Contribuição dos Funcionários do Dispensário Noturno da Saúde Pública 70\$000

Até a presente data 126.489\$900

Evlácio Peixoto, tesoureiro.

MOVIMENTO EM FAVOR DA COMPRA DO AVIÃO "EPITACIO PESSOA"

O entusiasmo reinante em toda a Paraíba

PROSSEGUE em todo o Estado o movimento em favor da aquisição do bombardiereo Epitácio Pessoa que o Ministério Público Nacional, juntamente com a Justiça, representada pelos magistrados brasileiros, vai apresentar à Força Aérea do país como contribuição de patriotismo e amor aos interesses da pátria, escolhendo aquele seu patrono para melhor expressar um grave sentido de homenagem. Recaiu a escolha numa das mais impressionantes figuras da nacionalidade, e sobre elevar o prestígio do Estado e do povo, pois que fâmalis a pátria, a justiça e a equidade da justiça. Sobretudo dotado de uma energia a toda prova, dela nunca prescindiu nos momentos da maior gravidade, ficando o seu vulto nos quadros da pátria numa posição destacada, já pelos méritos do caráter e combatividade, já também pela fulgurante inteligência servida por uma cultura ju-

A UNIAO passa a ser vendida ao preço de Cr. \$0,40 o exemplar

O povo paraibano reafirmará o seu apoio à Legião Brasileira de Assistência

O PROGRAMA DA BRILHANTE FESTIVIDADE — BAILES AO AR LIVRE — LEILÃO — OUTRAS ATRAÇÕES

VAI a Paraíba testemunhar hoje um acontecimento dos mais significativos em prol da Legião Brasileira de Assistência.

Trata-se da realização da grande festa popular no Parque Arruda Câmara, cuja iniciativa se deve à Comissão Estadual, que tem como presidente a sra. Alice Carneiro, espírito dedicado a essa nobre campanha e que vem contando com a colaboração patriótica das famílias conterrâneas e o apoio valioso das nossas classes.

A festa pública de hoje significa um dos mais brilhantes testemunhos de solidariedade à humanitária instituição, fundada no sentido da defesa da Pátria, e cujo objetivo principal é o amparo às famílias dos militares que a estas horas se preparam para a defesa da nossa liberdade.

A Paraíba, numa afirmação de seu nome cívico, recebeu com viva simpatia essa iniciativa ligada à causa do Brasil, emprestando-lhe o apoio a que faz jus a Legião Brasileira de Assistência.

A organização do núcleo estadual evidencia o interesse patriótico da sociedade paraibana em colaborar com tão grande cometimento de assistência, cujo sentido sabemos tão bem compreender.

A grande reunião coletiva de hoje no bosque de Tambiá está, portanto, fadada a um sucesso brilhante. Será um dia de grande expressão na crônica cidadã esse que consagramos à Legião Brasileira de Assistência.

Todas as nossas classes ali estarão congregadas num sentimento unanime de brasilidade.

complementar de sugestivo efeito.

Do programa constarão números de cantos e bailes, a cargo de senhoritas da nossa sociedade. Os ensaios respectivos se realizaram com o melhor êxito.

Para essa elegante e atraente festividade foram adaptados os trechos necessários no parque.

Haverá ainda bailes públicos, destinados a diversas classes, inclusive o proletariado. Grandes e amplos tabladros foram armados para esse fim.

MÚSICA

Tocarão ali as bandas de música do 15.º R. I. e da Força Policial do Estado, a Jazz Tabajára e o Bando Estudantil.

Os ingressos para a festa serão vendidos aos preços de 1\$000, para adultos, e 500 para crianças.

Durante o dia, no parque, funcionarão serviços de bar, estando reservado ao público um bem arranjado churrasco. Realizar-se-ão outros entretenimentos populares. Um leilão de

Em virtude do encarecimento não só do papel de imprensa, mas, ainda, de todo o material empregado na indústria jornalística do país, A UNIAO passará a ser vendida, de hoje em diante, ao preço de Cr. \$0,40 ou sejam 400 em moeda antiga.

Essa resolução já havia sido adotada anteriormente, de acordo com o que ha feito todas as empresas jornalísticas nacionais. No entanto, vimos adotando o preço de \$200 em atenção ao desejo de bem servir ao público paraibano nesta época de carencia de todos os produtos. Já a economia de custos absolutamente impossível continuar a manter aquele preço dadas as asseverantes dificuldades que, cada dia, aumentam para a imprensa.

Esperamos, todavia, que os nossos leitores bem compreendam o imperativo dessa medida e continuem a nos dispensar as mesmas atenções com que sempre nos distinguiram.

PELO decreto-lei n.º 317, hoje publicado, o sr. tenente-coronel incorporou ao Departamento de Educação o Rádio Tabajára da Paraíba, suprimindo o cargo de diretor do Serviço de Rádio-Difusão.

Dessa medida, resulta para o Estado uma economia de 6-600\$000 anuais, ficando agêntes do Departamento melhor aparelhados ao desempenho de suas finalidades de propaganda educativa.

Para o cargo de Diretor do Departamento de Educação foi nomeado o nosso conterrâneo sr. Abelardo Jurema, que ocupava as funções de Diretor do Serviço de Rádio Difusão.

Pela sua oprosidade e inteligência, o nomeado se mostra capaz de colaborar naquele importante setor da administração paraibana, tendo, aliás, suas atividades ligadas ao magistério secundário, do qual é uma das figuras mais destacadas.

Vago pela exoneração, recebido, do sr. Calheiros Bomfim, vinha exercendo aquele cargo, em caráter interino, o jovem educador Mario da Gama e Melo, diretor da Escola de Professores que ali se conduziu com destacado zelo e espírito patriótico.

REALIDADE SIDERURGICA DO BRASIL

Uma caravana de propaganda da Siderurgia no interior da Paraíba

Partiu, hoje, com destino à zona do Brejo, a caravana "Siderurgica Independência", da Cia. Siderurgica São Paulo-Minas S. A., que tem como patrono o individual presidente João Pessoa.

A caravana "Siderurgica Independência", que obedece à direção do sr. Osmar de Luca, inspetor viajante daquela poderosa Cia. de mineração, deverá demorar-se 30 dias na região do Brejo em missão de propaganda e fiscalização.

Por estes dias visitará, também este Estado, o sr. J. Borges Jr., superintendente da Cia. em viagem de inspeção.

Contem, o sr. Osmar de Luca, acompanhado do sr. Pedro Dias, visitou a redação desta folha.

COMANDO DA FORÇA POLICIAL DO ESTADO DEIXOU ONTEM ESSAS FUNÇÕES O CAP. ANACLETO TAVARES

DEIXOU ontem o comando da Força Policial do Estado, em que estava comissionado, no posto de coronel, o capitão Anacleto Tavares, brilhante oficial do Exército, que ha cerca de dois anos vinha emprestando a sua colaboração ao Governo do Estado. Registrando em edições anteriores o seu afastamento, esta folha teve o prazer de registrar o despedimento com que se conduziu o capitão Anacleto Tavares à frente da brava polícia paraibana, que procurou adaptar com um esforço inteligente e produtivo ao espírito da renovação das forças armadas do país.

Durante o tempo em que permaneceu na Paraíba, o digno militar graças às suas qualidades pessoais soube conquistar um vasto círculo de amizades. Revolucionário de 1930, tendo participado dos fatos que assinalaram em outubro daquele ano a vitória do movimento liberal em nossa terra, pôde o capitão Anacleto Tavares prestar novos e eficientes serviços à Paraíba.

O ato de transmissão do comando ao tenente-coronel Elias Fernandes, designado pelo Governo para responder por essas funções, teve lugar ontem às 9 e 30 horas, no quartel da praça Pedro Americo, com o comparecimento do interventor Ruy Carneiro; dos srs. Samuel Duarte e Miguel Falcão de Alvega, secretários do Interior e da Fazenda; dos representantes do comando do 118.º R. A. M.; dos srs. Manuel Moraes, chefe de Polícia do Estado; Simão Leal, diretor do meio; e Ascendino Leite, di-

PARAIBANOS! Deveis em prestar o vosso apoio à Legião Brasileira de Assistência, comparcendo à grande festa popular que a Comissão Estadual promove hoje no Parque Arruda Câmara. Um dia inteiro de atrações inesquecíveis pelo bem de muitos que servem à Pátria.

COMANDO DA FORÇA POLICIAL DO ESTADO DEIXOU ONTEM ESSAS FUNÇÕES O CAP. ANACLETO TAVARES



re de Rendas da capital; Romulo de Almeida, diretor das oficinas da D. V. O. P. em Barreiras; do cap. Manuel Ramalho, assistente militar do sr. Interventor Federal; e de toda oficialidade da Força Policial e outras pessoas.

Formada uma companhia no pátio interno do quartel, o capitão Anacleto Tavares pronunciou uma eloquente despedida aos seus comandados, que lhe depositara o Governo do Estado designando-o para aquele importante cargo. O apoio recebido do interventor Ruy Carneiro a todas as suas iniciativas e realizações na Força Policial do Estado.

A seguir, a tropa desfilou, prestando as continências de estilo.

Finda a cerimônia, o capitão Anacleto Tavares foi acompanhado para o trem. (Conclue na 2.ª pag.)

O Cruzeiro será posto em circulação, terça-feira, no Rio

RIO, 31 (A. M.) — Tendo em vista que amanhã é domingo e segunda-feira 2.º feriado nacional, a nova moeda, o "Cruzeiro", só será lançada a partir de terça-feira, às 11 horas, quando será trocado na Caixa de Amortização. As pagadoras do Tesouro e da Fazenda receberão, já, a nova moeda e por sua vez, no dia 3, comecará o pagamento dos aposentados da Viação, do Exterior e da Fazenda, que receberão a nova moeda.

João Pessoa—Paraíba—Brasil—Domingo, 1 de novembro de 1942

DIÁRIO OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. RUY CARNEIRO

INTERVENTORIA FEDERAL

DECRETO N.º 295, de 17 de outubro de 1942

O INTERVENTOR FEDERAL, na conformidade do disposto no art. 7.º, inciso I, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA.

Art. 1.º — Fica criado, com o caráter de Delegacia Especial, o distrito policial de São Vicente, compreendendo a zona de mineração do ouro e abrangendo as propriedades "Caleirinhas", "Pochinhos", "Lagôa Seca", "Riacho" e "São Vicente", todas situadas no município de Planão.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. João Pessoa, 17 de outubro de 1942; 54.º da Proclamação da República. — Ruy Carneiro, Samuel Duarte.

DECRETO-LEI N.º 347, de 31 de outubro de 1942

Transfere na Secretaria do Interior e Segurança Pública o Serviço de Rádio Difusão para a Divisão do Ensino Médio, Superior e Distância Cultural do Departamento de Educação e das outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA.

Art. 1.º — O Serviço de Rádio Difusão da Secretaria do Interior e Segurança Pública, já incorporado à Seção de Difusão Cultural, da Divisão do Ensino Médio, Superior e Difusão Cultural, do Departamento de Educação, subordinada a mencionada Secretaria.

Art. 2.º — Fica extinto o cargo de diretor padrão "N", lotado no Serviço de Rádio Difusão.

Art. 3.º — É elevado para o Padrão "V" o cargo de diretor do Departamento de Educação, incluído entre os cargos isolados de provimento em comissão, do Quadro Único do Estado.

Art. 4.º — Do saldo da dotação orçamentária correspondente ao cargo extinto fica transferida para a consignação 8309 — Pessoal Fixo do Departamento de Educação, a importância de 1:009\$000.

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. João Pessoa, 31 de outubro de 1942; 54.º da Proclamação da República. — Ruy Carneiro, Samuel Duarte, Miguel Falcão de Alves.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 30

N.º 11.086 — De Alfredo Severino de Araújo. — Deferido, nos termos do parecer.

Decretos: O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por 2.º dispositivo do Departamento Administrativo de Sebastião Ponciano da Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de contínuo, lotado na Imprensa Oficial.

verino Patrício da Silva e Odilone Duarte para inspeção geral de saúde, para efeito de aposentadoria. José Alfredo de Moura, guarda fiscal, classe "B", do Quadro Único do Estado, lotado na Estação Fiscal de Umbuzeiro.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 31

Peticão: De Alcides de Almeida Paula, professor classe B, requerendo licença para tratamento de saúde. — A vista do laudo médico, concedido 30 dias de licença, com os vencimentos.

Decretos: O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso III, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acordo com o art. 15, item IV, do decreto-lei 202, de 23 de outubro de 1941, Abelardo de Araújo Jurema para exercer o cargo de Diretor de Direção, padrão V, do Quadro Único do Estado, lotado no Departamento de Educação, vago em virtude da exoneração de Pedro Galhinhos Bonfim.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso III, art. 7.º do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acordo com o art. 15, item IV, do decreto-lei 202, de 23 de outubro de 1941, Maria Cristina da Silva para exercer, interinamente, o cargo de parteira, padrão D, do Quadro Único do Estado, com a exoneração de Ana Lins.

O INTERVENTOR FEDERAL, resolve nomear o major João de Costa e Silva, para exercer o cargo de Delegado Especial de São Vicente, no município de Planão, compreendendo a zona de mineração do ouro, nos termos do decreto estadual n.º 285, de 17 de outubro de 1942.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR INTERINO DO DIA 31

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. José Jandubá Carneiro, Diretor do Departamento de Saúde Pública, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO resolve designar o Dr. Luciano Ribeiro de Moura, Secretário de Comunicação, para responder pelo expediente da Secretaria do Interior e Segurança Pública, em substituição ao respectivo titular.

des Burtli, Lindalva Rodrigues, Leda Xavier, Leopoldina Gonçalves, Laura Souza de Oliveira, Luiza Simões, João Evangelista de Oliveira, Joana Dorval, Luiza de Fátima de Andrade, José Gomes da Silva, Irene de Moraes Dantas, Isnard Elói de Almeida, Ana Cavalcanti de Albuquerque, Osvaldo Triguero Gasco Branco, Maria Helena Dantas, Nema Lúcia Gonçalves, Maria de Lourdes Nobrega, Maria Mendes e Ubirajara Maranhão Vinagre. Caso não possam comparecer, os interessados poderão ser o documento entregue a pessoa legalmente autorizada para tal fim.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

— Recolha as taxas ao Tesouro. 1.747 — Agelino Monteiro, requerendo carteira nacional. — Junta sanitária e comprovante do recolhimento de taxas. Carteira nacional de habilitação para o exercício de atividades expedidas carteiros nacionais de habilitação para os seguintes condutores de veículos: Dr. Antonio Pereira Diniz, José Pedro Apolinário, Marcos Venancio Cordeiro, Antônio Procopio de Souto, Dante Zaccaria, João Martins da Silva, João de Souza Vasconcelos, Raulino de Moura Machado, Francisco Maranhão Falcão, José Moreira da Silva, Aristóteles Sousa Filho, Abdias Joaquim Macêdo, Frederico Monteiro da Cruz, Francisco Inácio Dias, Joaquim Américo de Medeiros, Jorge André de Figueiredo, José Pereira da Silva, Heleno Trajano da Silva, tenente Sebastião Justino Serra, Mariana Pereira Silveira, Joaquim Martins da Silva, José Carneiro da Cunha, José Francisco da Silva, Pedro Leão dos Santos, Pedro Ferreira Farias, Luiz José Godiva, Severino Procopio de Souto, Honorato da Silva, João Pereira de Araújo, Antonio Isidoro dos Santos, Joaquim Gomes de Araújo, Antonio de Souza Game, Jacob Feldman, Sebastião Pereira dos Santos, Antonio Avelino da Silva, Francisco de Assis Limeira, Segismundo Arahna Borges, Aldo Gama, José Alves de Souza Cordeiro.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 28

Portaria: O Diretor do Departamento de Educação, no uso das suas atribuições, resolve designar o professor Carlos Coelho e professora Francisca da Ascensão Cunha, para em colaboração com o Diretor da Escola de Professores, elaborarem o regimento interno da referida escola.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 31

Portaria: O Diretor do Departamento de Educação, no uso das suas atribuições, resolve designar os professores Francisco Sales de Albuquerque, Alcides Lacerda Lima, Adamantina Neves e Afrânio Lopes para em colaboração com o Diretor da Escola de Professores dirigirem os serviços do Teatro Infantil da Paraíba.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 30

Peticão: N.º 11.095 — De Alfredo Severino de Araújo. — E de se deferir o pedido, tendo em vista o que determina o art. 2.º do Projeto do Estatuto da Força Policial da Paraíba, aprovado pelo Departamento Administrativo.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º — O presente Estatuto dos Militares da Força Policial da Paraíba, regula, para os oficiais e praças, as garan-

tias que lhes são devidas e os deveres gerais a que são obrigados.

TITULO I CAPITULO I Do Força Policial da Paraíba (finalidade e constituição)

Art. 2.º — A Força Policial da Paraíba, instituição estadual permanente organizada sob a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência ao chefe de Poder Executivo do Estado, é uma Força Armada, reserva do Exército, de acordo com a Lei Federal n.º 192, de 17 de janeiro de 1936.

Art. 3.º — Cabe à Força Policial: a) Exercer as funções de vigilância e garantia da ordem pública;

b) Garantir o cumprimento da Lei, a segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos;

c) Atender à convocação do Governo Federal em casos de guerra externa ou grave commoção interna, segundo a Lei de Mobilização.

Art. 4.º — A Força Policial da Paraíba, é constituída de Tropa e Serviços semelhantes aos do Exército, das Armas de Infantaria e Cavalaria, de acordo com os quadros de fixação anual adotados por Decreto do Governo do Estado, com aprovação do Presidente da República, e refer-se a no que não colidir com este Estatuto, pelas regulamentações de serviço, garantias de continuidade de instrução e serviços adotados no Exército, no que lhe for aplicável.

§ Único — O armamento e equipamento destinado a cada corpo ou serviço não poderão exceder aos previstos para as unidades das mesmas armas do Exército, em tempo de paz.

CAPITULO II Do recrutamento da Tropa e formação dos quadros

Art. 5.º — O preenchimento dos cargos existentes na Força Policial será feito pelo recrutamento de voluntários, que deverão satisfazer as seguintes condições: a) ser brasileiro nato;

b) ter boa conduta civil atestada pelo delegado de polícia do município onde reside;

c) ter de 18 a 25 anos de idade, comprovada pela certidão do registro civil;

d) revelar aptidão física para o serviço policial militar verificada em inspeção de saúde;

e) ser solteiro ou viver sem filhos e não servir de armar a pessoa alguma, declarando tal por escrito, no ato de alistamento;

f) não ser sorteado convocado, o que será provado pelas circunscrições de recrutamento do Exército;

g) ter no mínimo 1m,55 de altura;

h) apresentar os documentos exigidos nas letras b, e e, e, com as firmas reconhecidas por tabelião.

Art. 6.º — Os indivíduos viciados que já tenham cumprido sentença por crime infamante, os expulsos ou excluídos, por decisão de autoridade moral, de outras Corporações Armadas e que, julgando as autoridades, conseguirem alistar-se na Força Policial, serão excluídos logo que sejam conhecidos os fatos relacionados com aquelas circunstâncias.

Art. 7.º — Poderão ser alistados na Força Policial, reservistas de 1.ª ou 2.ª categoria quando se tratar de artilheiros, músicos, especialistas desde que preencham as demais condições do artigo 5.º, em qualquer época do ano.

Art. 8.º — O alistamento dos voluntários será por 2 anos, em épocas determinadas pelo Comando Geral, ficando os mesmos considerados como convocados, com direito apenas a permissão de ausência, após ser processado o alistamento regular.

Art. 9.º — O recrutamento dos quadros de sub-tenentes, sargentos e cabos é feito dentre os componentes da Força Policial e satisfetias as exigências de capacidade física, intelectual e moral exigidas pelos regulamentos de serviço.

Art. 10 — O acesso e gradativo do soldado ao sub-tenente, passando por todos a escala hierárquica.

Art. 11 — As promoções a cabos, sargentos e sub-tenentes, serão feitas entre os que se capacitarem com os cursos regulamentares, respeitada entre os aptos a rigorosa seleção de capacidade intelectual estabelecida na respectiva classificação.

Art. 12 — A perda das condições de conduta e aptidão física exigidas para matrícula em cursos ou julgamento do candidato, importa inhabilitação para a promoção.

CAPITULO III Do engajamento e reengajamento

Art. 11 — Terminado o tempo de serviço poderão as praças engajar por 2 anos, desde que o requeram ao Comandante Geral, ao completarem o tempo de serviço inicial e satisfetias as seguintes condições:

a) Aptidão física reconhecida em inspeção de saúde;

b) comprovada dedicação pela profissão;

c) menos de 30 anos de idade.

§ Único — A praça que não requerer engajamento dentro do prazo de 15 dias, após concluir o seu tempo de serviço será, automaticamente, excluída por conclusão de tempo.

Art. 12 — Poderão ser reengajadas, uma vez que não ultrapassarem o limite máximo de 9 anos, as praças que, satisfetias os requisitos das letras do artigo anterior, o requererem no prazo previsto no parágrafo único do mesmo artigo.

Art. 13 — O prazo de reengajamento é de dois anos, para todas as praças.

Art. 14 — Aos sargentos-ajudantes, primeiros, segundos, terceiros sargentos, os músicos, corneteiros, radio-telegrafistas e artilheiros, poderão ser concedidos reengajamentos sucessivos até completarem 48 anos de idade, desde que satisfetias as seguintes condições:

a) Boa conduta física comprovada em inspeção de saúde;

b) regular conduta civil e militar;

c) comprovada capacidade de trabalho e profissional.

Art. 15 — Os cabos e soldados que na data da publicação deste Estatuto tenham mais de 10 anos de serviço poderão obter reengajamentos sucessivos se satisfetias as condições previstas nas letras b, c e d do art. 14, até que atinjam o limite para o serviço ativo na Força Policial.

Art. 16 — Os sub-tenentes, sargentos e praças que completarem 48 anos de idade, serão transferidos para a reserva, mediante proposta do Comando Geral ao Chefe do Governo, acompanhada da respectiva certidão de idade, com os vencimentos que lhes couberem em função de legislação que vigorar.

§ Único — A idade limite para os sub-tenentes radio-telegrafistas e artilheiros é de 50 anos.

Art. 17 — A praça que for excluída por conclusão de tempo, por motivo de saúde ou a



A Pasta Ross tem um sabor tão agradável que é coisa bastante fácil habituar uma criança a usá-la. Com a "pasta gostosa" a higiene bucal constituirá para seu filho um prazer e não um sacrifício. Se o pequeno não gosta de escovar os dentes, não lhe dê palmadas: dê-lhe

PASTA ROSS
denticívia

CAPITULO IV
Do comando

Art. 18 - O Comando Geral será exercido, em comissão, por oficial superior ou capitão, do serviço ativo do Exército, que possua o Curso da Escola das Armas, podendo também ser atribuído a oficial superior da Força Policial, que possua o Curso de Aperfeiçoamento da mesma Corporação.

Art. 19 - Quando o comando for atribuído a oficial do Exército, este será comissionado, por ato do Governo, no posto mais elevado da Força Policial, sempre que o seu posto no Exército for inferior a este.

Art. 20 - O Comando é exercido com a colaboração dos oficiais e praças, ligados pelos laços da hierarquia e subordinação, inspirados todos no dever comum e por meio da autoridade que possua o chefe de decidir e agir rapidamente.

Art. 21 - A disciplina é exercida com a colaboração dos oficiais e praças, ligados pelos laços da hierarquia e subordinação, inspirados todos no dever comum e por meio da autoridade que possua o chefe de decidir e agir rapidamente.

Art. 22 - A disciplina é exercida com a colaboração dos oficiais e praças, ligados pelos laços da hierarquia e subordinação, inspirados todos no dever comum e por meio da autoridade que possua o chefe de decidir e agir rapidamente.

Art. 23 - O Comando não se interrompe. Nas situações anormais quando não estiver presente o titular efetivo do cargo, o seu substituto assumirá o comando, até a apresentação daquele ou decisão da autoridade competente.

TITULO II
CAPITULO I

Art. 24 - A função militar caracteriza-se pelo exercício, transitório ou permanente, da atividade militar, como profissão exclusiva na tropa ou nos serviços, ou comissão militar constante de lei e regulamento.

Art. 25 - A carreira na Força Policial não é considerada como emprego, mas profissão toda feita de abnegação e altruísmo. Assim, os seus componentes não são funcionários públicos, formando uma classe especial de servidores do Estado e da Nação.

Art. 26 - A qualquer hora do dia ou da noite na sede da Corporação ou onde a segurança pública o exigir, o militar deve estar pronto a cumprir a missão que lhe for confiada por seus superiores.

Art. 27 - A Força Policial haverá dois quadros gerais: a) de oficiais combatentes; b) de oficiais dos serviços.

Art. 28 - Incumbem aos militares de cada uma das categorias, armas e serviços (Oficiais Sub-tenentes, Sargentos e outras praças), as funções abaixo indicadas:

- a) aos oficiais combatentes o exercício das funções propriamente militares, compreendendo as de Comando e utilização das forças e unidades, a direção e execução dos serviços relativos às armas e à preparação e eficiência das referidas unidades;
- b) aos oficiais dos quadros dos serviços, o exercício das funções correspondentes aos seus postos, nos órgãos de direção e execução dos respectivos serviços especificados nos regulamentos em vigor;
- c) aos sub-tenentes, sargentos e outras praças combatentes o exercício das funções regulamentares correspondentes às suas graduações no respectivo quadro;
- d) aos sub-tenentes, sargentos e outras praças dos serviços o exercício das funções de suas especialidades correspondentes às graduações respectivas, de acordo com os regulamentos em vigor.

Art. 29 - A situação jurídica dos oficiais da Força Policial é definida pelos deveres e direitos inerentes aos seus postos e às funções correspondentes.

Art. 30 - Os deveres impostos aos militares da Força Policial, pela sua situação jurídica, são definidos nas leis e regulamentos.

Art. 31 - São deveres fundamentais: a) Exercer com eficiência e dignidade as funções relativas ao posto, ou aos postos imediatamente superiores ao cargo, ou comissão ou ao serviço para que foi nomeado ou designado, conforme que deve desempenhar na virtude de substituição, conforme determina a legislação em vigor;

b) sujeitar-se inteiramente à jurisdição moral e disciplinar, especialmente à disciplina intelectual, dos chefes superiores com quem conviver no serviço;

Art. 32 - A responsabilidade funcional dos militares é individual, cabendo-lhes a responsabilidade integral dos atos que praticarem, inclusive na execução de missões e ordens que lhes são determinadas, bem como as ordens que dão a seus subordinados.

Art. 33 - A suspensão da função militar tem por efeito, no seu decurso: a) a privação do exercício da função peculiar à graduação ou posto;

b) a perda de gratificação da função correspondente à graduação ou posto.

CAPITULO II
Deveres e obrigações dos militares da Força Policial

Art. 34 - Aos componentes da Força Policial, cumpre obedecer às leis e aos regulamentos em vigor, bem como às ordens e instruções dos seus superiores.

Art. 35 - O dever militar da Força Policial: a) estar pronto a fazer todos os sacrifícios, até o da própria vida, em prol do serviço;

b) praticar as virtudes militares e os deveres civicos próprios de todos os cidadãos;

c) cumprir e fazer cumprir rigorosamente os preceitos disciplinares, punindo os infratores, seus instrutores;

d) dedicar-se ao exercício de sua profissão e aos serviços de bem, colocando o interesse do serviço acima das vontades pessoais;

e) demonstrar coragem, elevação de caráter, firmeza e decisão em todos os atos e em todas as situações;

f) tomar iniciativa, logo e sempre que as circunstâncias o exigem;

g) aperfeiçoar suas qualidades morais e elevar o nível dos seus conhecimentos e de sua competência profissional;

b) dignificar os cargos que exercer, mantendo íntegros o seu prestígio, o princípio da autoridade e da subordinação aos superiores, o respeito às leis, regulamentos e ordens de serviço;

1) revelar sentimento e detestador da responsabilidade;

2) ser leal em todas as circunstâncias;

3) ser ativo e perseverante no exercício das funções e exigir que os subordinados o sejam;

4) ter profundo sentimento e espírito de comaradagem, que demonstrar o máximo zelo na conservação do material que lhe está confiado;

5) ter especial cuidado no dar ordens, para que estas sejam oportunas, claras e exequíveis, certificando-se de seu fiel cumprimento, e quando as circunstâncias o exigirem, ajudar a cumpri-las;

6) ser justo e reto no seu procedimento e nas decisões tomadas a respeito dos subordinados;

7) ser ativo, dentro da disciplina e das formulas de boa educação;

8) conceder adequada iniciativa aos subordinados, desenvolvendo neles a aptidão para agir por si;

9) não se eximir de responsabilidades que lhe cabem e salvaguardar as dos subordinados que agiram em cumprimento de ordens suas;

10) respeitar as opiniões dos subordinados, quando manifestadas dentro das leis e regulamentos em vigor e da disciplina militar;

11) exercer o poder disciplinar que lhe é atribuído em leis e regulamentos, aplicando as sanções e corrigindo os erros ou infrações notadas;

12) quando tiver que tem o militar de zelar pela honra e reputação de sua classe impõe-lhe o procedimento irrepressível, na vida pública e na particular, compreendendo com exatidão seus deveres para com a sociedade e a família. Cumpre-lhe respeitar as leis da paz, acatar a autoridade civil, satisfazer com exatidão os compromissos assumidos e garantir assistência moral e material no seu lar;

13) A disciplina é exercida com a colaboração dos oficiais e praças, ligados pelos laços da hierarquia e subordinação, inspirados todos no dever comum e por meio da autoridade que possua o chefe de decidir e agir rapidamente.

14) O militar deve aceitar corajosamente as fadigas e trabalhos próprios da profissão, impostos para prepará-lo ao cabal desempenho de sua missão de guerra e ao cumprimento de seu dever para com a Pátria.

Art. 36 - O superior, como guia mais experimentado, e obrigado a tratar os subordinados, em geral, com urbanidade e as recrutas, em particular, com benevolência, interesse e consideração.

Art. 37 - É indispensável que a subordinação seja rigorosamente mantida em todos os graus da hierarquia militar. A decisão definitiva tomada pelo chefe e de sua inteira responsabilidade e põe termo a toda e qualquer discussão a respeito do assunto discutido.

Art. 38 - Ainda quando fora de serviço, o subordinado do qual se deu o acatamento aos superiores, devendo estar conduzido de modo que não sejam prejudicados os princípios de disciplina.

Art. 39 - A violação do dever militar na sua mais elementar e simples manifestação, é transgressão disciplinar; a ofensa e o desrespeito, na sua expressão mais complexa, é crime militar, conforme estabelecem o Código Penal Militar e outras leis vigentes.

Art. 40 - As punições de oficiais não são dadas à publicidade, exceto quando a natureza da transgressão o exigir.

Art. 41 - É vedado aos oficiais e praças fazer parte de firmas comerciais de qualquer natureza e exercer outra função ou emprego remunerado.

Art. 42 - Não se incluem nessa proibição o exercício de comissões temporárias, e de confiança, respeitadas, porém, as normas legais referentes a acumulações remuneradas.

CAPITULO III
Dos direitos

Art. 43 - São direitos dos militares da Força Policial: a) propriedade da patente garantida em toda a sua plenitude;

b) o uso das designações hierárquicas dos postos, nos casos estabelecidos em lei;

c) o exercício da função correspondente a cada posto, serviço ou comissão;

d) a percepção dos vencimentos e das vantagens fixadas em lei ordinária para os postos, comissões e serviços;

e) a constituição da hierarquia militar formada pelo Montepio;

f) a transferência para a reserva e a pensão correspondente, de acordo com este Estatuto;

g) a reforma, com pensão correspondente na forma aqui estabelecida;

h) o uso privativo dos uniformes, insígnias e distintivos militares, correspondentes ao posto ou graduação; as honras

e o tratamento que lhes são relativos, de acordo com os regulamentos;

1) o porte de armas, para a defesa individual e manufatura a autoridade policial militar.

Art. 43 - Nenhum oficial pode ser preso em estabelecimento ou unidade militar cujo comandante seja de patente inferior à sua.

Art. 44 - Os militares presos disciplinarmente percebem todos os vencimentos, se a punição for aplicada sem prejuízo do serviço, caso contrário, perdem a gratificação.

1º - Quando presos para averiguações, continuam a receber todos os vencimentos se não estiverem suspensos das funções; quando presos sujeitos a processo civil ou militar, perceberão somente o soldo.

2º - Em caso de absolvição, perceberão as gratificações que não lhe foram pagas.

CAPITULO IV
Dos vencimentos

Art. 45 - Os vencimentos dos oficiais e praças são divididos em duas partes: SOLDOS e GRATIFICAÇÃO; o soldo correspondente a 2/3 (dois terços) e a gratificação a 1/3 (um terço) dos vencimentos.

1º - O soldo é devido ao oficial desde a data do decreto de sua promoção e a gratificação desde a data da publicação do decreto no órgão oficial do Estado.

2º - Se for mandado contar-lhe a antiguidade de data anterior a do decreto, terá o oficial direito aos vencimentos desde essa data, se constar expressamente ter sido a promoção feita em reconhecimento de prestação.

Art. 46 - O abono do soldo às praças começa do dia da inclusão até o da exclusão; e o da gratificação desde aquele dia até a véspera da exclusão.

Art. 47 - Nos casos de declaração de aspirante a oficial, promoção de sub-tenentes, sargentos e outras graduações de classe, o soldo e a gratificação são devidos desde o dia da publicação dos respectivos atos no boletim do Comando Geral.

Art. 48 - Os vencimentos ou qualquer vantagem paga indevidamente serão descontados em folha, em prestações, pela décima parte restante do soldo, líquido de descontos legais.

1º - As dívidas dos oficiais, sub-tenentes, sargentos e músicos serão cobradas do seguinte modo: a) quando iguais ou superiores ao montante dos seus vencimentos anuais, em prestações equivalentes à terça parte do soldo;

b) quando menores que o montante dos seus vencimentos anuais, em prestações equivalentes à quarta parte do soldo, e quando iguais ou inferiores à quarta parte do soldo, integralmente.

2º - As dívidas dos cabos e soldados serão divididas em tantas prestações quantos forem os meses que faltarem para completar o tempo de serviço de cada um. Se a dívida for igual ou inferior ao soldo, o desconto será feito, no máximo, em duas prestações. Em caso algum, porém, o desconto mensal poderá ser superior ao respectivo soldo.

Art. 49 - Os oficiais e praças quando transferidos de guarnição, receberão, adiantadamente, da unidade de que forem deslocados, o soldo do mês em curso e a gratificação até o dia da partida. Após esse ajuste, nenhuma importância mais lhes será paga pela referida unidade e receberão da unidade de destino o que restar dos vencimentos, salvo quando o sustado o embarque, por ordem superior, caso em que será permitido novo ajuste.

Art. 50 - Quando o ajuste for feito no último mês do exercício financeiro, os vencimentos serão pagos até o fim do mês.

Art. 51 - Quando se tratar de cálculos fracionados (atrasação nos vencimentos, abono de gratificações extraordinárias ou início de pagamento, dentro de cada mês), o dividendo será fixo em centavos, o produto da importância mensal pelo número de dias contados até o último, inclusive, do mês em questão, sendo o divisor dado pelo número de dias que tiver o mês (28, 29, 30 ou 31), sendo que a última unidade a pagar não poderá ser inferior a um centavo.

Art. 52 - Os vencimentos e gratificações devidas aos oficiais e praças que forem falecidos, contar-se-ão até o dia do falecimento, inclusive, e serão pagos aos seus herdeiros devidamente habilitados pela unidade administrativa por onde receber a habilitação.

Art. 53 - Quando o falecido deixar viúva, que não tenha vivido separada, por desquite ou por consanguinidade em favor dela, o produto do mês em curso e a gratificação dos vencimentos decorridos, na proporção do número de dias decorridos.

Art. 54 - Os oficiais nomeados em comissão professora ou instrutores de cursos de formação de oficiais ou de aperfeiçoamento de oficiais ou auxiliares de instrutores, terão direito, além dos vencimentos do seu posto, às gratificações fixadas anualmente, no orçamento do Estado. Terão direito, ainda, às mesmas gratificações, os oficiais que forem designados para diretores de cursos de formação de sargentos e de cabos, caso não sejam instrutores ou auxiliares de instrutores, dos cursos mencionados.

Art. 55 - O oficial, no exercício interno de cargo vago, terá direito aos vencimentos integrais deste cargo, até a posse do efetivo.

Art. 56 - Entende-se por cargo vago, aquele para o qual não tenha sido nomeado o ocupante efetivo. Será também considerado vago, quando o ocupante efetivo for nomeado para exercer função estranha à Força e optar pelos vencimentos dessa função.

Art. 57 - Nas substituições que se operarem automaticamente, caberá ao substituto o soldo do seu posto e mais a gratificação do cargo do substituído, observando o seguinte: a) quando o exercício de um cargo for atribuído indistintamente a dois ou mais postos nenhuma diferença de vencimento; assinará ao oficial que exercer qualquer desses postos;

b) quando o substituto tiver patente inferior perceberá, além do seu próprio soldo, mais a gratificação do menor daqueles postos;

c) o substituto não caberá a gratificação do cargo, quando o substituído se achar de fato afastado por motivo de doença, férias ou dispensa do serviço como recompensa, e nos casos em que passar a responder pelo cargo, de acordo com os dispositivos regulamentares.

Art. 58 - Nos casos de substituição prevalecerá para o efeito de pagamento dos vencimentos, os postos previstos nas leis e regulamentos e, na falta destes, dos quadros de fixação.

Art. 59 - O oficial segregado por motivo de moléstia perceberá o soldo durante o 1º ano de segregação.

Conselhos sobre a Sífilis:
(DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS)

- 1) - A sífilis é uma doença gravíssima muito perigosa para o próprio possuidor, para o família e para o raça.
- 2) - A sífilis tem preferência pelos vasos (aneurismos e sistema nervoso), paralisias e loucura.
- 3) - A sífilis é muito contagiosa e tem os objetos do seu próprio uso separados; evite beijar as pessoas amigas.

Notáveis médicos aconselham o "ELIXIR DE NOGUEIRA" Do Farm. Quím. João da Silva Silveira COMO UM BOM ESPECIFICO DA SIFILIS 5 Grandes Prêmios - 5 Medalhas de Ouro MEIO SÉCULO DE TRIUNFOS!!!

O QUE É O CREME DE ALFACE

É um moderno e científico produto destinado ao cuidado da pele. É um creme de beleza de fórmula especial e que possui as vitaminas dos sucos da alface e outras propriedades tónicas para a pele.

As Vitaminas que contém o Creme de Alface estimulam e aceleram o processo de reprodução das células com os quais a pele experimenta uma renovação "Brilhante".

1.º — Imprime uma alvura suave completa; suas células, necessitadas de vida, são substituídas por outras novas, mais e vigorosas. Em resumo: afirmamos que o Creme de Alface dá a tez.

2.º — Suaviza e refresca a cutis, produzindo-a contra os efeitos do sol do dia e da noite.

3.º — Suprime a cor enegrida da, as manchas e os pontos do rosto.

4.º — Evita e previne a tendência à formação de rugas.

5.º — Permite uma "maquiagem" perfeita e mantém o pó de arroz por muitas horas, com uniformidade.

Experimente o Creme de Alface "Brilhante" e ficará maravilhada.

TOSSA 2 BRONCHITES

DIAMATOIAN

ELIMINA / FORTALECE /

DEVES ECONOMIZAR A BARBA PODE ESPERAR!



DE QUE LADO ESTÁ A RAZÃO? COMO TOMAR DECISÃO?

GILLETTE FAZ O ANO INTEIRO BARBA POR POUCO DINHEIRO.



E ALÉM DESSA ECONOMIA, GARANTE INTEIRA ASSESSIA!

GRACIAS Á MINHA GILLETTE FAÇO A BARBA COM PRESTEZA E SOU UM RAPOZ DO SET COM UM MINIMO DE DESPESA!



Sendo o processo mais econômico de fazer a barba, Gillette é também o mais prático, pela rapidez, facilidade, conforto e higiene que oferece. Uma só lâmina Gillette Azul faz a barba tantas vezes - sempre com suavidade e perfeição - que o seu custo torna-se insignificante. Se deseja economizar, sem prejuízo de sua boa aparência, barbeie-se em casa diariamente com Gillette. Comece hoje a aproveitar estas vantagens que só Gillette proporciona! Adquira um aparelho Gillette Tech e exija sempre as lâminas Gillette Azul legítimas, de insuperável qualidade.

Gillette

C. Postal 791 - Rio de Janeiro

serviço público, forem obrigados a mudar de residência para o exercício da nova função.

Art. 67 — Para efeito de pagamento de ajuda de custo fica o Estado dividido em três zonas, constituídas das seguintes localidades:

- Primeira zona: — João Pessoa — Santa Rita — Sapé — Espírito Santo — Pilar — Itabiana — Ingá — Campina Grande — Esperança — Cuité — Araruna — Caldeira Guaraíba — Mamanguape — Bananeiras — Serraia — Areia — Alagoa Grande — Laranjeiras.
- Segunda zona: — Pícuí — Joazeiro — São João do Cariri — Cabocanas — Santa Luzia — Patos — Tebixira — Taperoá — Monteiro — Umbuzeiro.
- Tercera zona: — Catolé do Rocha — Brejo do Cruz — Pombal — Piancó — Itaporanga — Princesa Isabel — Conceição — Bonito — Jacobá — Cajazeiras — Antenor Navarro — Sousa.

Art. 53 — O auxílio para pagamento da ajuda de custo é feito na seguinte forma:

- a) — da primeira para a segunda zona e vice-versa, metade do soldo de um mês;
- b) — da primeira para a terceira zona e vice-versa, o soldo completo de um mês;
- c) — da segunda para a terceira zona e vice-versa, metade do soldo de um mês.

Art. 54 — O transporte do oficial e de sua família compreende passagens e bagagens e correrá por conta do Governo.

Art. 55 — No caso de não ser fornecida ao oficial, ou praça, ajuda de custo e transporte por conta do Estado, serão-lhe pagas as importâncias correspondente a \$200 por quilômetro, para oficiais, \$400 para sub-tenentes; \$300 para sargentos e \$200 para cabos e soldados.

Art. 56 — Os sub-tenentes e demais praças casados com preta licença do Comando, terão também direito a transporte para suas famílias e bagagem, se não tiverem recebido ajuda de custo.

Art. 59 — Se será para uma ajuda de custo em cada exercício financeiro e o prazo mínimo entre o pagamento de uma ajuda de custo e outra, embora em outro exercício, será de seis meses.

Art. 60 — A ajuda de custo é devida aos oficiais:

- a) — em virtude de transferência não solicitada;
- b) — por nomeação para desempenho de comissão de qualquer natureza que determine permanência provável por mais de seis meses;
- c) — por classificação consequente de promoção;
- d) — para efetuar matrícula em cursos militares.

Art. 61 — Os sub-tenentes e sargentos terão direito a ajuda de custo:

- a) — quando transferidos por conveniência do serviço;
- b) — quando nomeados para comissão que determine permanência provável por mais de seis meses;
- c) — quando efetuarem matrícula em cursos militares;
- d) — quando seguirem destinados.

Art. 62 — Por conveniência do serviço o pagamento de ajuda de custo, poderá ser adiantado a quem tiver direito, com os recursos a cargo do Conselho de Administração, que será ulteriormente indenizado.

Art. 63 — As ajudas de custo serão sacadas ao Tesouro, em folha especial que será encaminhada àquela repartição, pelo Comando da Força Policial, acompanhada do respectivo empenho.

Art. 64 — A ajuda de custo destinada a militar destinado para serviço ou curso fora do Estado, será atribuída pelo Chefe do Executivo Estadual, mediante proposta do Comando da Força Policial.

Art. 65 — A transferência ou designação de oficial para qualquer comissão de caráter permanente fora de sua sede, implica ordem de embarque e esta determina o ajuste de contas que será feito de conformidade com o Regulamento de Administração do Exército.

Art. 68 — O oficial que tiver recebido ajuda de custo de outra repartição:

- a) — quando deixar de seguir o destino, a pedido, caso em que a indenização será de uma só vez;
- b) — quando deixar de seguir por motivo independente de sua vontade, caso em que indenizará só a metade, pela decima parte do soldo.

Art. 69 — O oficial que, após seguir destino, for mandado restituir sem que tenha chegado a entrar em exercício ou iniciado o curso de escola não restituirá a ajuda de custo recebida.

Art. 70 — No caso de falecimento do oficial, seus herdeiros não receberão a ajuda de custo.

Art. 71 — O oficial não terá direito a ajuda de custo:

- a) — quando for transferido por interesse próprio ou conveniência da disciplina;
- b) — quando efetuar permuta;
- c) — quando se deslocar a fim de prestar depoimento em inquérito, conselho, ou qualquer processo, em que seja acusado; inquérito, conselho, ou qualquer processo, em que seja acusado;
- d) — quando a transferência, com o objetivo de cargo em comissão, ou remanejamento se der por falta que haja cometido e esta comprovada.

Art. 68 — Estendem-se nos sub-tenentes e sargentos as disposições dos artigos 65, 66 e 67, no que lhes for aplicável.

CAPÍTULO VI Das diárias

Art. 69 — A diária é o quantitativo destinado às despesas de alimentação e hospedagem, que o oficial, o sub-tenente ou o sargento é obrigado a fazer quando se deslocar de sua sede ou guarilha, provisória ou permanente, ou em cumprimento de ordem superior, por tempo maior de 24 horas.

Art. 70 — Os militares não perceberão diárias durante o período de viagem, desde que lhes seja fornecida alimentação nos meios comuns de transporte.

Art. 71 — O oficial, o sub-tenente e o sargento, matriculados em curso fora de sua sede, terão direito às diárias que lhes forem atribuídas pelo Comando da Força Policial.

Art. 72 — Os oficiais e praças quando em diligência volante ou designados para comissões de caráter temporário, terão direito às diárias de seu posto ou graduação.

Art. 73 — As diárias dos oficiais e praças correspondem à metade de um dia de vencimentos do respectivo posto ou graduação.

Art. 74 — A percepção da diária começa no dia da partida da sede e termina no do regresso, inclusive.

Art. 75 — O deslocamento do oficial ou praça para ser ouvido como testemunha no foro comum ou militar, se justificável para efeito de abono de diárias, quando o seu depoimento não poder ser tomado por precatória. A justificativa, no caso, será feita pela autoridade perante a qual correr o processo.

Art. 76 — Não perceberá diária o oficial ou praça que se deslocar de sua sede por motivo de processo em que for indiciado, na justiça criminal comum ou militar, ainda que absolvido, bem como o que tiver recebido ajuda de custo e quando se tratar de comissão permanente.

Art. 77 — Para efeito de percepção de diárias a permanência do oficial ou praça em localidade em que tiver de exercer serviço de curta duração, será no máximo de 15 dias, salvo autorização para maior prazo pela autoridade competente, conforme o caso.

CAPÍTULO VII Da assistência

Art. 78 — Os oficiais, os aspirantes a oficial, os sub-tenentes e sargentos, quando sócios do Monipio do Estado da Paraíba, deixarão, por morte às suas famílias, uma pensão que consistirá em herança militar.

Art. 79 — A família do oficial, aspirante a oficial, sub-tenente ou sargento, que falecer, será concedida a título de funeral, a importância correspondente a um mês de vencimentos.

Art. 80 — A despesa correrá pela dotação própria do posto ou graduação, não podendo, a vaga, por esse motivo, ser preenchida antes de decorridos trinta dias.

Art. 81 — O pagamento será efetuado, pela respectiva repartição pagadora, no dia em que lhe for apresentado o atestado de óbito por qualquer pessoa da família que houver efetuado o funeral.

Art. 82 — Com o funeral das demais praças, o Estado despende a importância de 100000, que correrá pela verba própria constante do orçamento em vigor.

Art. 83 — Com o enterro dos oficiais e praças reformados, o Estado despende até as importâncias de 300000 e 100000, respectivamente.

Art. 84 — Quando por qualquer circunstância as despesas do enterro forem feitas pela família do oficial ou praça, aquelas quantias lhes serão entregues, caso sejam reclamadas dentro do prazo de 60 dias.

Art. 85 — Aos oficiais e praças e pessoas de suas famílias, o Serviço de Saúde fornecerá exames de laboratório, radiológicos e outros, pelos preços das tabelas que vigorarem, com os descontos que forem previstos.

Art. 86 — As consultas médicas e tratamento nos hospitais da Força Policial serão concedidas gratuitamente aos oficiais e praças, bem como às suas famílias, ressalvados os casos previstos de indenização, de acordo com a tabela adotada pelo Comando Geral.

CAPÍTULO VIII Das pensões

Art. 87 — Aos oficiais e praças da Força Policial serão concedidas licenças nos seguintes casos:

- a) — para tratamento de saúde;
- b) — para tratamento de saúde, por motivo de ferimentos recebidos em combate ou na defesa da ordem pública;
- c) — quando adquirem ou estiverem sob o efeito de suas atitudes, o) — quando acometidos de tuberculose, afiliação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia;
- d) — aos oficiais por motivo de moléstia em pessoa de sua família;
- e) — aos oficiais para tratar de interesses particulares.

Art. 88 — São competentes para conceder licenças:

- a) — o Chefe do Poder Executivo Estadual, aos oficiais em todos os casos; e às praças, quando a licença exceder de 30 dias;
- b) — o Comandante da Força Policial, de praça, quando a licença não exceder de 30 dias.
- c) — o Comandante da Força Policial, de praça, quando a licença não exceder de 30 dias.
- d) — o Comandante da Força Policial, de praça, quando a licença não exceder de 30 dias.

b) — o Comandante da Força Policial, de praça, quando a licença não exceder de 30 dias.

Art. 84 — Serão concedidas com vencimentos integrais as licenças:

Art. 85 — para tratamento de saúde, até um ano. A esta licença somente terá direito os oficiais e praças que num período de 10 anos não hajam gozado de qualquer outra; somente será concedida nova licença da mesma natureza após 10 anos de terminação a licença anterior.

Art. 86 — para tratamento de saúde, até dois anos, por motivo de ferimento recebido em combate, ou na defesa da ordem pública, moléstia adquirida em campanha, acidente ocorrido em serviço ou moléstia que deste haja decorrido;

Art. 87 — para tratamento de saúde de pessoa da família, até 3 meses.

Art. 88 — Nenhuma licença será concedida aos oficiais e praças, sendo por motivo justificado e à vista de requerimento devidamente informado pelas autoridades competentes.

Art. 89 — O oficial ou aspirante a oficial que adoecer e não preferir baixar ao Hospital, deverá dar parte de doente, por escrito.

Art. 90 — A autoridade competente mandará um médico examinar o enfermo e informar sobre o seu estado e duração provável do impedimento.

Art. 91 — O exame será dispensado se a parte do doente for acompanhada de atestado do médico da Força Policial.

Art. 92 — Três dias depois da parte de doente, se o oficial



Por que será que a Tosse sempre piora?

NOITE

mas as mães estão mais interessadas em saber o que devem fazer para evitá-lo.

Esta noite quando a tosse vier de ao seu filho o Peitoral de Cereja do Dr. Ayer.

A sua gargantinha inflamada será imediatamente aliviada — além disso, descongestionando e limpando o aparelho respiratório, o Peitoral de Cereja permitirá-lhe respirar livremente.

O Peitoral de Cereja do Dr. Ayer não contém drogas nocivas. É um remédio indicado para as crianças pelo seu gosto agradável e indispensável em todos os lares. Compre-o hoje!

PEITORAL DE CEREJA

do Dr. Ayer

Catarro nome Salosin

ou aspirante a oficial não se apresentar pronto para o serviço será submetida a inspeção de saúde.

§ 4.º — Se a moléstia o impossibilitar de ir à sede da Junta para ser examinado, competirá a esta, logo que receber ordem do Comandante Geral, comparecer à residência do enfermo ou onde estiver o mesmo internado.

§ 5.º — Publicado o resultado da inspeção e sendo arbitrado prazo para tratamento, será considerado com licença para esse fim, desde a data do afastamento do serviço.

§ 6.º — Tanto no prazo de três dias a que se refere o parágrafo terceiro, como no caso de não ser reconhecida moléstia, haverá perda de gratificação durante o afastamento do serviço, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

§ 7.º — No caso de declarar a Junta Médica que se torna preciso a mudança de clima, o Comandante Geral permitirá imediatamente a partida do enfermo.

§ 8.º — Agravando-se a moléstia do oficial ou aspirante a oficial a ponto de não ser possível o regresso à sede de sua unidade, no prazo previsto, levará ele o fato ao conhecimento do Comandante Geral, a-fim-de ser submetido a nova inspeção de saúde.

§ 9.º — Na impossibilidade absoluta de se apresentar à sede da Força, poderá ser inspeccionado por uma junta médica de médicos da unidade, sendo isto considerado por falta de número determinado de médicos, será inspeccionado por um só médico que assinará a ata com essa declaração.

Art. 87 — Em casos especiais, por conveniência do serviço e da disciplina, o Comandante Geral fará recolher ao Hospital, a-fim-de ser inspeccionado de saúde, o oficial ou aspirante a oficial.

Art. 88 — As praxes devem baixar no Hospital de onde requerido licença para se tratar fora desse estabelecimento, se assim julgar conveniente a Junta Médica.

Art. 89 — O oficial ou praça que se apresentar por conclusão de licença para tratamento de saúde ou por té-la interrompida, será inspeccionado de saúde por uma junta médica que concluirá pela sua volta ao serviço, prorrogação da licença ou reforma.

Art. 90 — O oficial ou praça que, estando enfermo no Hospital, houver requerido licença em virtude de moléstia verificada pela junta médica, poderá aguardar fora daquele estabelecimento o despacho de sua petição, mediante autorização do Comandante Geral, ouvido o Chefe do Serviço de Saúde.

Art. 91 — As licenças para tratamento de saúde serão contadas da data da inspeção ou do afastamento do militar.

Art. 92 — É lícito ao militar resumir em qualquer tempo a licença que lhe tenha sido concedida.

Art. 93 — O oficial ou praça que estiver afastado do serviço da Corporação, será inspeccionado de saúde, ao se apresentar.

Art. 94 — Serão cassadas ou suspensas as licenças concedidas a todos aqueles que tenham de ser presos para responder a processo ou para cumprir pena disciplinar.

Art. 95 — As licenças poderão ser cassadas ou suspensas por determinação da autoridade que as conceder.

Art. 96 — O oficial pode obter licença por motivo de doença grave em pessoa de sua família, que viva em companhia ou às suas expensas.

§ 1.º — São consideradas pessoas da família, para os efeitos deste artigo, desde que preencham as condições não exigidas, espósa, filhos, mãe viúva, pai inválido, irmãos, menores (orfanos ou cujo pai seja inválido) e irmãos solteiros maiores que tenham pai inválido.

§ 2.º — A licença será provada por inspeção de saúde, feita por uma junta médica de saúde, designada pela autoridade competente.

§ 3.º — Ao requerimento do oficial devem ser juntadas:

a) — as atestadas ou atestados de sanidade;

b) — informações sobre licença já obtidas e sua natureza;

c) — prova de que o nome da pessoa da família que se acha doente consta da declaração de família feita pelo interessado;

d) — declaração de junta médica de saúde de que é imprescindível a permanência do oficial junto à pessoa doente.

Art. 97 — O oficial que haja gozado licença para tratamento de pessoa da família só poderá obter outra licença para o mesmo fim, após oito anos contados do término da última licença em cujo gozo esteve.

Art. 98 — As licenças aos oficiais, para tratamento de saúde de pessoa de sua família, afóra a hipótese da letra e do Art. 84 serão contadas:

a) — com o soldo, até 6 meses;

b) — com a metade do soldo, se a licença, for maior de 6 meses e menor de 9;

c) — com a quarta parte do soldo, se a licença for de 9 meses a um ano.

§ único: — O oficial nada perceberá se a licença for superior a um ano.

Art. 99 — As licenças para tratamento de saúde nos oficiais e praças que não estiverem compreendidas nas letras "a" e "b" do artigo 84 serão concedidas somente com o soldo.

Art. 100 — O oficial licenciado para tratar de interesses particulares perderá os vencimentos, salvo se contar mais de 15 anos de serviço, caso em que lhe poderá ser concedida a licença com 3/4 do soldo, até 3 meses, e com a metade, além de 3 até 6 meses.

§ único: — Esta licença só será renovada após o término do gozo de outra da mesma natureza.

Art. 101 — A licença dependente de inspeção de saúde será concedida pelo prazo indicado na respectiva ata.

Art. 102 — Ao oficial, classificação, transferido ou designado para qualquer comissão, bem assim ao promovido, não classificado, não serão contadas as licenças que o mesmo assumiu o exercício do cargo respectivo, salvo para tratamento de saúde ou por motivo de moléstia em pessoa de sua família.

Art. 103 — Fimida a licença ou prorrogação, o oficial deverá apresentar-se imediatamente na sede de sua unidade.

§ 1.º — A infração deste artigo importa em considerá-lo como de ausência, para todos os efeitos, o tempo decorrido até apresentação do oficial.

§ 2.º — Quando a licença, porém, terminar em virtude de cassação, o oficial terá o prazo de 48 horas para apresentar-se, se residir no local em que o deve fazer, em caso contrário, a autoridade que casou a licença arbitrará o prazo necessário. O tempo que exceder desse prazo será então considerado como de ausência.

Art. 104 — O pedido de prorrogação de licença deve ser apresentado e despatchado antes da fínida o prazo da licença, de modo a não interrompê-la, se deferido.

Art. 105 — As licenças concedidas dentro da sessenta (60) dias da data da terminação da anterior, são consideradas como prorrogação.

Art. 106 — O oficial ou praça pode usar a licença que lhe for concedida, para tratamento de saúde ou de pessoa de sua família, onde lhe couvenha, ficando, entretanto, na obrigação de participar por escrito ao comandante ou chefe de serviço a que estiver subordinado, o seu endereço.

Art. 107 — As licenças concedidas aos oficiais e praças serão contadas da data em que estes cessarem a prestação de serviço, quando fizer a devida comunicação dentro do prazo de 8 dias que vemdo fazer a sua publicação no órgão, serão as licenças anuladas, e quando não o fizerem, serão as licenças anuladas para tratamento de saúde, as quais serão contadas da data da inspeção de saúde, as quais serão contadas da data da inspeção de saúde, ou do afastamento do serviço.

Art. 108 — O oficial ou praça licenciada para tratamento de saúde ou de pessoa de sua família, não poderá exercer qualquer trabalho ou profis-

são, sob pena de responsabilidade disciplinar e de ser cassada a licença independentemente de nova inspeção de saúde.

Art. 109 — O oficial ou praça que, após dois anos de licença continuada para tratamento de saúde, carecer de nova licença, mediante inspeção, será reformado, ainda que a sua incapacidade física não seja definitiva.

CAPÍTULO IX

Da agregação

Art. 110 — A agregação dos oficiais se verifica:

a) — por moléstia continuada durante um ano ou quando da permanência, por igual prazo, em tratamento em algum hospital;

b) — por incapacidade física decorrente de moléstia incurável;

c) — por motivo de reversão, em virtude de decreto ou sentença, enquanto não houver vaga do respectivo posto, nos quadros fixados em lei;

d) — por licenças para tratar de interesses particulares;

e) — quando estiver cumprindo sentença, passada em julgado, cuja pena for maior de seis meses e menor de dois anos;

f) — quando for promovido sem haver vaga ou sem satisfazer as exigências regulamentares;

g) — quando for considerado desertor;

h) — quando for declarado extraviado;

i) — quando opler pelo exercício de função estranha ao seu posto e a sua unidade;

j) — quando obiver licença para tratamento de saúde de pessoa de sua família, por prazo superior a 6 meses.

§ único: — O oficial que, pela junta médica de saúde, for julgado incapaz para o serviço, ficará agregado.

Art. 111 — O oficial agregado está sujeito a todas as obrigações disciplinares no que respeita às suas relações com os outros militares e autoridades civis.

Art. 112 — O período de agregação por moléstia será de um ano.

§ 1.º — Este período se contará da data da sessão da junta médica que tiver declarado a incapacidade, ou do dia em que tiver o oficial completado um ano de licença consecutiva para tratamento de saúde.

§ 2.º — Igual período se contará da data em que o oficial completar um ano de permanência em hospital, para tratamento de saúde.

Art. 113 — A agregação do oficial será decretada pelo Chefe do Executivo Estadual.

Art. 114 — Em qualquer tempo pode o Governo fazer reverter o oficial agregado ao respectivo quadro, exceto nos casos das letras "a", "b", "c" e "d", do artigo 110.

Art. 115 — O oficial agregado reverte ao respectivo quadro mediante proposta do comandante da força, após a cessação do motivo que determinou sua agregação, ou a juízo do Governo, no caso do artigo anterior.

Art. 116 — O oficial que reverter ao serviço ativo fica adido à unidade que lhe for designada pelo comando da Força Policial, até que se verifique vaga de seu posto, sem prejuízo do lugar que lhe cabe em consequência de sua antiguidade.

Art. 117 — O militar da Força Policial passará à situação de inatividade:

a) — pela transferência para a reserva;

b) — pela reforma;

c) — por demissão do serviço militar, a pedido;

d) — pelo licenciamento ou exclusão.

§ único: — A inatividade nos casos das letras "a" e "b", é remunerada, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 118 — O militar que passar para a reserva, reformado ou demitido, não poderá voltar ao serviço ativo da Força Policial, salvo casos especiais, mediante decreto do Governo do Estado.

Art. 119 — A reforma por incapacidade física isenta definitivamente o militar do serviço.

Art. 120 — A transferência para a inatividade interrompe toda a qualquer licença, cassando-a automaticamente.

Art. 121 — O militar incapacitado para o serviço militar em virtude de moléstia ou ferimentos adquiridos em campanha ou na defesa da ordem pública, ou ainda, em consequência de moléstia déles proveniente, será promovido ao posto imediato, qualquer que seja o seu tempo de serviço.

Art. 122 — Será transferido para a reserva o oficial que:

a) — atingir em seu posto, a idade limite de permanência no serviço ativo;

b) — contar mais de 25 anos de serviço e requerer transferência;

c) — não tiver satisfeito as exigências estabelecidas neste Estatuto para a reserva, mediante proposta do Comandante Geral;

d) — for reconhecido culpado em processo administrativo ou criminal, ou julgado incapaz moral ou profissionalmente em processo regular, a juízo do Governo;

e) — for condenado por crime previsto no Código Penal ou Penal Militar desde que a sentença passe em julgado e a pena não seja superior a dez anos de prisão.

Art. 123 — A idade limite de permanência dos oficiais no serviço ativo, será:

Coronel 60 anos

Tem.-Coronel 58 anos

Major 56 anos

Capitão 52 anos

1.º Tenente 48 anos

2.º Tenente 45 anos

2.º Tenente mestre de música 50 anos

Art. 124 — A-fim-de ser processada a renovação constante dos quadros de combatentes serão automaticamente transferidos para a reserva, mediante proposta do Comandante Geral:

a) — os oficiais superiores que completarem de dez (10) anos de posto;

b) — os capitães, que completarem onze (11) anos de posto;

c) — os oficiais subalternos que completarem dez (12) anos de posto.

§ único: — Não será computado para a contagem do tempo de serviço no posto o período em que o oficial tenha servido como comissionado neste mesmo posto.

Art. 125 — O oficial transferido para a reserva de acordo com o artigo anterior, terá vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, mas, de qualquer maneira, estes vencimentos não poderão ser inferiores ao soldo do posto.

Art. 126 — O direito à transferência para a reserva, a pedido, pode ser suspenso a juízo do Governo na vigência do estado de guerra, ou de mobilização e ainda quando possa acarretar prejuízo para o serviço.

§ 1.º — Não podem passar para a reserva, a pedido, embora satisficam as demais exigências legais, os militares que se encontrem nas seguintes condições:

a) — sujeitos a inquérito militar, ou comum;

b) — submetidos a processo ou ao cumprimento de pena de qualquer natureza e em qualquer jurisdição.

§ 2.º — O pedido de transferência para a reserva não suspende nem exonera o militar dos seus deveres da atividade, enquanto, na forma da lei, não forem publicados o ato que a concedeu e o seu desligamento do órgão onde serviu.

Art. 127 — Será transferido para a reserva o sub-tenente ou sargento que:

a) — atingir a idade limite de permanência no serviço ativo e tiver no mínimo 15 anos de serviço;

b) — contar mais de 25 anos de serviço e requerer a transferência.

Art. 128 — A idade limite de permanência das praças no serviço ativo, a que se refere a letra "a" do artigo anterior, será:

Sub-tenente rádio ou artífice 60 anos

Importadora Ava — Rádios
S. PAULO
Rua Prates, 43 — Cx. 4063
Todos os rádios têm alcance mundial em ondas longas e curtas. Garantia de 2 anos.



AVA — Gladiador 5 valv. 530\$ — 7 valv. 593\$, para pilhas 500\$ para acumulador, 700\$. Catálogo grátis. \$400 réis em selos para a remessa. Concertos, peça orléans.

Sub-tenente 49 anos
Sargento 48 anos
§ único — Aplica-se às demais praças o disposto nas letras "a" e "b", do artigo anterior.

CAPÍTULO XII

Da reforma

Art. 129 — A reforma dos oficiais da Força Policial, reformat-se-á:

a) por incapacidade física definitiva ou invalidez;

b) por incapacidade física declarada após um ano de agregação, ainda mesmo por moléstia curável;

c) por sentença judiciária condenatória a reforma, passada em julgado;

d) por prática de atos que tornem sua permanência nas fileiras inconveniente à disciplina e à boa ordem do serviço da Força Policial, nos termos do parágrafo único, deste artigo;

e) por ter atingido a idade limite de permanência para o serviço da reserva.

§ único: — Para a reforma de que trata a letra d, deste artigo, o oficial julgado pelo Conselho de Justificação, previsto no Código de Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-Lei Federal n.º 925, de 2 de dezembro de 1938.

Art. 130 — A incapacidade nos casos das letras a e b, do artigo anterior, verificada a inspeção de saúde, poderá ser consequente de:

a) moléstia contraída ou ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou moléstia déles proveniente;

b) desastre ou acidente em serviço ou instrução;

c) moléstia adquirida em tempo de paz, em consequência das condições inerentes ao serviço;

d) tuberculose, atíva, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia;

e) acidente ou moléstia não ocorridos ou adquiridos em serviço.

§ único: — Os incapacitados por qualquer das causas previstas neste artigo, serão reformados, qualquer que seja o tempo de serviço.

Art. 131 — Os casos de que tratam as letras a, b e c, do artigo anterior, são provados por meio de atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou termo de acidente.

§ 1.º — A idade limite para a reforma compulsória dos oficiais, será:

Oficiais superiores 65 anos

Capitães 60 anos

Oficiais subalternos 58 anos

Art. 132 — Os sub-tenentes, sargentos e demais praças serão reformados:

a) por incapacidade física, definitiva ou invalidez;

b) por incapacidade física, declarada em inspeção de saúde, após um ano de doença;

c) por ter atingido a idade limite de permanência na reserva;

d) quando forem julgados passíveis da pena de reforma pela prática de atos que tornam a sua permanência nas fileiras inconveniente à disciplina e à boa ordem do serviço da Força e tenham mais de dez (10) anos de serviço.

§ 1.º — Para a reforma nos termos da letra d, serão as praças julgadas em Conselho de Disciplina, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército.

Art. 134 — A incapacidade nos casos das letras a e b, do artigo anterior, verificada em inspeção de saúde, poderá ser consequente de:

a) moléstia contraída ou ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou, ainda, moléstia proveniente do ferimento naquelas circunstâncias;

b) desastre ou acidente em serviço, ou moléstia deste consequente;

c) tuberculose atíva, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia;

d) moléstia adquirida em tempo de paz, em consequência das condições inerentes ao serviço;

e) acidente sofrido fora do serviço ou moléstia não adquirida no mesmo.

§ 1.º — Os incapacitados pelas causas previstas nas letras a, b, c e d, deste artigo serão reformados, qualquer que seja o tempo de serviço.

§ 2.º — Os incapacitados, porém, pelas causas previstas nas letras d e e do mesmo artigo, só serão reformados se contarem dez (10) ou mais anos de serviço.

§ 3.º — Os casos previstos neste artigo, exceto o das letras d e e serão provados por meio de inquérito sanitário de origem, termo de acidente ou atestado de origem.

§ 4.º — A idade limite para a reforma compulsória das praças é de 48 anos.

Art. 136 — Em janeiro de cada ano, o Comandante Geral da Força Policial, enviará ao Secretário do Interior e Segurança Pública, a relação do pessoal que houver atingido a idade limite para permanência na reserva, a-fim-de ser reformado ex-offício.

§ único: — A reforma será isenta do pagamento do selo ou quaisquer emolumentos.

CAPÍTULO XIII

Das vantagens da inatividade

Art. 137 — Os oficiais e praças reformados e transferidos para a reserva perceberão:

a) — vencimentos integrais, os que contarem 30 ou mais anos de serviço;

b) — tantas fracionadas partes dos vencimentos quantos forem os anos de serviço, os que contarem até trinta;

c) — um terço dos vencimentos os que contarem menos de dez (10) anos de serviço.

Art. 138 — A reforma dos oficiais e praças será, porém, concedida com vencimentos integrais, seja qual for o tempo de serviço, desde que a invalidez tenha sido determinada:

a) por moléstia contraída ou ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou moléstia proveniente do ferimento naquelas circunstâncias;

b) desastre ou acidente em serviço ou moléstia deste consequente;

c) tuberculose atíva, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia.

Art. 139 — Qualquer que seja a forma de inatividade, os vencimentos não poderão exceder os percebidos pelo militar no serviço ativo.

Art. 140 — No cálculo para fixação de vantagens de inatividade (reforma ou transferência para a reserva) computar-se-á a moléstia ou acidente durante o tempo de serviço que esteja percebendo o oficial ou praça.

Art. 141 — Nenhuma alteração sofrerão os vencimentos dos oficiais e praças, em consequência da passagem da reserva para a reforma.

Art. 142 — A reforma do oficial ou praça, em virtude de invalidez, será declarada por ato do Chefe do Executivo Estadual, mediante proposta do Comandante Geral, desde que o interessado requerer no prazo de 30 dias, após ser sido julgado incapaz por junta médica de saúde.

Art. 143 — Os pedidos ou propostas de transferência para a reserva, ou de reforma de oficiais e praças, serão instruídos com a fôlha de alterações referente à contagem de tempo do interessado e com a primeira via da Ata de inspeção de saúde, desde que o caso.

Art. 144 — Os oficiais da reserva, quando convocados, terão direito aos vencimentos e vantagens de seus postos, pela tabela que vigorar, perdendo os da inatividade.

Art. 145 — Os oficiais e praças reformados ou transferidos para o posto superior por incapacidade física ou multibecidos em campanha e na manutenção de ferimentos ou moléstias deles decorrente, terão os vencimentos e vantagens do novo posto.

Art. 146 — Os inativos da Força Policial receberão as vantagens que lhes forem atribuídas, no Tesouro do Estado, distribuição fiscal da localidade em que residirem.

Art. 147 — O oficial condenado a pena restritiva da inatividade, será reformado com o vencimento de que trata o artigo 137, se assim decidir o tribunal, atendendo à natureza e às circunstâncias do delito, e à fé de ofício do acusado.

Art. 148 — No cálculo da reforma das praças a etapa é computada como vencimentos.

Art. 149 — Depois de excluído, com baixa, a praça só poderá obter reforma se pedir dentro do prazo de 4 meses, contados da exclusão.

Art. 150 — Não dá direito a reforma, a invalidez resultante do fato de não querer o oficial ou praça sujeitar-se a operações de pequena cirurgia, indicadas pela junta médica de saúde, como meio único de cura.

Art. 151 — Os oficiais e praças reformados residirão onde lhes convier, devendo, porém, comunicar ao Comando Geral mudança de domicílio.

CAPITULO XIV

Do tempo de serviço em geral

Art. 152 — A apuração do tempo de serviço dos oficiais e praças, para fins de inatividade, somente será feita por ocasião dos assentamentos do interessado, pela secretaria geral da Força, devendo ser computado todo o tempo em que estiver exercendo a função na atividade, inclusive o tempo em que estiver aguardando reforma ou transferência para a reserva.

Art. 153 — A apuração do tempo de serviço, para os efeitos da inatividade, será feita em dias.

Art. 154 — O número de dias será convertido em anos, considerados estes como de 365 dias.

Art. 155 — As frações de tempo de serviço de seis meses ou mais serão contadas como ano inteiro, sendo desprezadas as frações menores de seis meses.

Art. 156 — Para o tempo de serviço em campanha, serão computados os dias em que o militar estiver afastado de suas funções em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, será computado como de efetivo serviço, desde o momento em que for afastado das funções, até o máximo de dois anos para o oficial e um ano para a praça.

Art. 157 — Na contagem de tempo para os efeitos da reforma ou transferência para a reserva, computar-se-á integralmente:

- a) o tempo de serviço em outro cargo ou função pública anteriormente exercido no Estado pelo militar;
- b) o tempo de serviço prestado no Exército, na Marinha ou na Força Policial dos Estados, na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
- c) o tempo de serviço prestado como funcionário de município do Estado.

Art. 158 — O tempo de serviço em campanha será computado pelo dobro, para os efeitos de reforma ou transferência para a reserva.

Art. 159 — Para efeito de reforma ou transferência para a reserva remunerada será adicionado ao tempo de serviço do militar, prestado ininterruptamente na Força Policial, um ano por decênio que tiver exercido.

Art. 160 — Para o fim deste artigo não se computará o tempo de serviço prestado fora da Corporação.

Art. 161 — Serão considerados de efetivo serviço os dias em que o militar estiver afastado do serviço em virtude de:

- a) férias, até 30 dias;
- b) casamento, até 3 dias;
- c) luto, até 3 dias;
- d) licença para tratamento de saúde, até o máximo de dois anos para o oficial e um ano para a praça.

Art. 162 — Quando o militar estiver agregado será computado para todos os efeitos nos seguintes casos:

- a) quando for julgado incapaz, temporariamente, em consequência de acidente ocorrido ou moléstia adquirida em serviço;
- b) no caso de reversão ao serviço ativo, enquanto não houver vaga do respectivo posto, nos quadros previstos em lei;
- c) quando promovido indevidamente;
- d) quando considerado desertor ou extravariado, desde que seja absolvido do crime imputado e na segunda hipótese justifique a ausência.

Art. 163 — Conta-se para todos os efeitos, o tempo em que o oficial ou praça estiver baixado ao hospital ou de licença em consequência de:

- a) ferimentos recebidos em combate ou em defesa da ordem pública;
- b) moléstia adquirida em serviço;
- c) qualquer acidente ocorrido em serviço.

Art. 164 — É computado também o tempo passado em gozo de licença para tratamento de saúde ou baixado ao hospital, por motivo de acidente ou moléstia não adquirida em serviço, até doze (12) meses.

Art. 165 — Conta-se igualmente o tempo de prisão no curso do processo, no caso de impropriedade e absolvição, bem assim o tempo de prisão disciplinar.

Art. 166 — Não será computado para efeito de transferência para a reserva:

- a) o tempo de licença para tratamento de pessoa da família, superior a seis meses;
- b) para tratamento próprio, excedente de doze meses;
- c) quando considerado desertor ou extravariado, desde que seja absolvido do crime imputado e na segunda hipótese justifique a ausência.

CAPITULO XV

Da pensão

Art. 167 — Os oficiais e praças mortos em campanha ou em consequência de acidente em ato de serviço ou ainda em virtude de moléstia adquirida num e noutro caso, deixarão aos seus dependentes uma pensão equivalente aos vencimentos inativos do seu posto ou do posto para o qual forem promovidos post mortem.

Art. 168 — Se o falecido completará o benefício pagando a diferença entre a pensão respectiva e os vencimentos.

Art. 169 — Terá direito a pensão de que trata o art. anterior:

- a) a esposa;
- b) os filhos de qualquer condição, menores de vinte um anos ou inválidos;
- c) as filhas solteiras, de qualquer condição ou idade.

Art. 170 — A pensão será paga em dinheiro, em prestações mensais, até a morte do beneficiário ou a sua extinção, sendo a primeira prestação paga no ato de seu falecimento.

Art. 171 — A importância da pensão de que trata o art. anterior, será constituída de duas partes:

- a) quota familiar;
- b) quota individual.

Art. 172 — A quota familiar será igual a cinquenta por cento (50%) dos vencimentos do falecido (art. 161). Sendo este segurado de instituto de previdência social, obrigação de pagar a diferença que houver entre o percento de cinquenta por cento (50%) e a quota familiar a partir do momento em que o beneficiário não estiver mais sob a proteção do instituto — e a quota individual integral do segurado, nos termos do art. 161.



UMA NOVA PELE BRANCA FEZ VOLTAR MINHA SORTE EM 3 DIAS

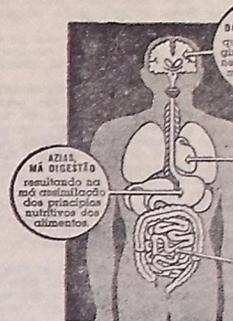
“Quando minha pele era escura, grosseira, flocada, tendo póros dilatados e cravos, eu não tinha admiradores nem convivia com ninguém. Depois de usar a pele branca, obtive uma nova pele em 3 dias. E eu que não tinha nenhuma pretendente, recebi agora 3 pedidos de casamento ao mesmo tempo”. M. Valery.

Toda mulher pode aclarar, suavizar e embelezar sua pele, quando diariamente usa o Crème Rugeol, cuja penetração instantânea acalma a irritação das glândulas cutâneas, fecha os póros dilatados e dissolve os cravos completamente, não deixando vestígio algum. O Crème Rugeol é o alimento sem igual para a pele, pois branqueia a mais escura e suaviza a mais irritada em 3 dias, tornando-a branca, bela, e nova, o que também lhe trará sorte. Experimente o Crème Rugeol e ficará encantada. Além de tocar seu rosto formoso.



SÓ SE DESCUIDA DA PRISÃO DE VENTRE QUEM DESCONHECE SUAS PERIGOSAS CONSEQUÊNCIAS!

Um tratamento racional e definitivo, ao invés de drogas de ação irritante e efeitos passageiros.



O celebre prof. Alex Carrel, um dos mais eminentes cientistas do mundo inteiro, diz que a exemplo da orgânica de um substituto utilizado pelo organismo não direta ou indiretamente fornecida pelo intestino. É claro que estas substâncias, quando contaminadas pelas impurezas e toxinas das áreas patológicas, da região de venenos, que se infiltram na corrente sanguínea e intoxicam todos os nossos órgãos. As fístulas, azia, gases, diarréias de cabeça, irritabilidade, palpitações, supúrnas, empantanhamento, má digestão, etc., são sinais de que a prisão de ventre ocorre numa fase perigosa de intoxicação, que precisa ser urgentemente combatida, sob o risco de graves perturbações que ela pode produzir nos órgãos vitais: fígado, estômago e até o coração!

Quando a sua potência, seus hipocriões e sua inteligência, VENTRE-SAN faz desaparecer rapidamente todos os sintomas. O organismo se desintoxica, a saúde se recupera, o peristaltismo se reativa e os intestinos voltam a funcionar com regularidade, por antiga e rebelde que seja sua prisão de ventre VENTRE-SAN é um tratamento racional, que restitui rapidamente a saúde, alegria e bom humor.

NÃO ACABE O MAL COM UM TRATAMENTO INADEQUADO! Decidir de prisão de ventre é tão perigoso quanto tratar com drogas



de efeito passageiro e com perigosas consequências. Não se deixe enganar por quem oferece a solução rápida e definitiva. O VENTRE-SAN não é uma droga irritante, mas sim um tratamento racional e definitivo, que restitui rapidamente a saúde, alegria e bom humor. Não se deixe enganar por quem oferece a solução rápida e definitiva. O VENTRE-SAN não é uma droga irritante, mas sim um tratamento racional e definitivo, que restitui rapidamente a saúde, alegria e bom humor.

CONHECIDO HA MAIS DE 20 ANOS. USADO POR MILHARES DE PESSOAS!

É há mais de 20 anos VENTRE-SAN é conhecido e respeitado por milhares de médicos. MILHARES de pessoas agradeceram ao VENTRE-SAN a saúde

Seus qualquer intuição, mesmo de nome parecido. VENTRE-SAN, o remédio que garante a atividade diária dos seus intestinos, é um só.

Art. 173 — Não tendo o falecido seguro social, o Estado assumirá o encargo total da obrigação.

Art. 174 — A quota individual será de sete por cento (7%) sobre os vencimentos integrais do oficial ou praça falecido.

Art. 175 — Aplica-se a este o previsto no artigo anterior e respectivo parágrafo.

Art. 176 — A quota individual extingue-se nos seguintes casos:

- a) por falecimento do beneficiário;
- b) por matrimônio da beneficiária;
- c) por implementação de idade;
- d) por cessação de invalidez;
- e) por aceitação de cargo ou função remunerada.

Art. 177 — Com a extinção da quota individual do titular beneficiário, extingue-se também a quota familiar.

Art. 178 — O processo de habilitação aos favores deste decreto-lei será feito mediante requerimento ao Chefe do Executivo Estadual. Quando se tratar de menor ou interdito, o requerimento deve ser encaminhado por intermédio do tutor ou curador, sendo, em qualquer das hipóteses, anexados os seguintes documentos:

- a) certidão de casamento, quando a beneficiária for viúva do oficial ou praça falecido;
- b) certidão de registro civil de nascimento dos menores;
- c) prova de invalidez, se for o caso.

Art. 179 — Os atestados passados pelo Comandante da Força Policial bastarão como prova de vida e de honestidade.

Art. 180 — Enquanto não se ultimar o processo de habilitação aos favores deste decreto-lei, o Estado e o Município do Estado da Paraíba autorizarão o pagamento dos vencimentos do falecido, para posterior acerto.

CAPITULO XVI

Da hierarquia militar

Art. 181 — A hierarquia militar é constituída pelos diversos postos de oficiais e praças, que formam os quadros da Força Policial, incluídos nos do Exército Nacional, em conformidade com a Lei Federal nº 192, de 17 de janeiro de 1936.

Art. 182 — A precedência hierárquica entre os militares da Força Policial é regulada pelo posto ou graduação e, no mesmo posto ou graduação, pela antiguidade relativa.

Art. 183 — Posto é o grau hierárquico dos oficiais concedido por decreto e consignado em título assinado pelo Chefe do Executivo Estadual e referenciado pelo Secretário do Interior e Segurança Pública; graduação é o grau hierárquico dos aspirantes, sub-tenentes, sargentos e cabos, concedido por decisão do Comandante de Forças, em boletim.

Art. 184 — No que respeita a postos e graduações, os militares serão assim classificados:

- Oficiais — Postos
 - Superiores
 - Capitães
 - Sub-tenentes
 - Praças — Graduações
 - Aspirante a oficial
 - Alunas do C. F. O.
 - Sub-tenentes
 - 1.º Sargento
 - 2.º Sargento
 - 3.º Sargento
 - Cabos
 - Soldados

Art. 185 — No caso de igualdade de posto ou graduação conta-se a antiguidade da data de promoção ao posto ou grau hierárquico anterior e ainda em caso de igualdade, a maior idade.

Art. 186 — A antiguidade em cada posto ou graduação conta-se da data da promoção ao posto ou graduação, salvo se em decreto ou boletim a autoridade competente for declarada outra origem de contagem.

Art. 187 — Os oficiais da ativa têm precedência sobre os da reserva e reformados de igual posto.

Art. 188 — Os alunos do Curso de Formação de Oficiais têm precedência sobre os sub-tenentes, independentemente de antiguidade relativa.

Art. 189 — Entre os 2.ºs tenentes da mesma antiguidade

ou seja da mesma data de promoção, a precedência é assegurada pela antiguidade de turma pela ordem de classificação intelectual obtida na terminação do curso escolar.

Art. 190 — A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre os militares, sejam da ativa, da reserva ou reformados, ainda quando concorram a qualidade de sócios em assembleias, reuniões, salões, etc., de associações militares civis a que pertencam.

Art. 191 — Os oficiais dos serviços só podem exercer funções correspondentes à especialidade de seus quadros, previstas na regulamentação própria.

Art. 192 — Para recompensar aos oficiais e praças da Força Policial, por bons serviços prestados, será criada uma medalha por decreto do Governo.

Art. 193 — Os membros da Força Policial são distribuídos em círculos e categorias, na conformidade do quadro seguinte: Círculo de oficiais superiores:

- Coronéis
- Tenentes-Coronéis
- Majores
- Capitães
- Círculo de capitães
- 1.º Tenente
- 2.º Tenente
- Aspirante a oficial
- Círculo de sub-tenentes e sargentos:
- Alunos do C. F. O.
- Sub-tenentes
- Sargentos
- Círculo de praças
- Cabos
- Soldados

Art. 194 — O uso dos uniformes da Força Policial é privativo dentro do Estado de seus oficiais e praças.

Art. 195 — Os militares reformados podem usar os uniformes da época de suas reformas por ocasião das cerimônias sociais, militares e civis.

Art. 196 — Não podem usar os uniformes militares:

- a) as praças de qualquer categoria que fírem excluídas;
- b) os militares da reserva ou reformados que, pela prática de atos indígnos, fírem proibidos de fazer, em ato da autoridade competente.

Art. 197 — O militar fardado goza das regalias e tem as obrigações correspondentes ao uniforme e às insígnias que usa.

Art. 198 — O uniforme é símbolo de autoridade. O desrespeito ao uniforme importa em desacato à autoridade.

Art. 199 — O uso indevido do uniforme é crime, ficando o transgressor sujeito às penas correspondentes.

Art. 200 — É expressamente proibido o uso do uniforme em manifestações de caráter partidário.

Art. 201 — É proibido subtrair ao uniforme insígnia, ou distintivo de caráter religioso, sectário, ideológico ou cismático.

CAPITULO XVIII

Do casamento

Art. 202 — Os oficiais, antes de contraírem casamento, deverão participá-lo por escrito ao Comandante Geral da Força, assinando e transgredindo a disciplina a inobservância desta determinação.

Art. 203 — Só é permitido contrair casamento às praças em serviço ativo que preencham os seguintes requisitos:

- a) sub-tenentes ou sargentos: idade mínima de 25 anos e mais de 9 anos de serviço;
- b) outras praças: graduação cabo e mais de 10 anos de serviço.

Art. 204 — Os mistérios e artifícios são considerados para os efeitos deste artigo como surtos.

Art. 205 — A licença para o casamento das praças será dada pelo Comandante Geral, mediante requerimento do interessado, devidamente informado pelo comandante da unidade a que pertence.

Art. 192 — Não se podem casar os alunos do Curso de Formação de Oficiais.

Art. 193 — Quando necessário, o Comandante Geral poderá ordenar uma sindicância sigilosa, a-fim-de melhor julgar o pedido do requerente.

Art. 194 — A transmissão de qualquer das determinações dos artigos 190 e 191, ainda quando o casamento resultar de imposição legal, importa em transferência para a reserva, se se tratar de aspirante a oficial, sub-tenente ou sargento que tenha mais de 10 anos de serviço, e exclusão imediata do serviço ativo da Força Policial, nos demais casos.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Do recrutamento e formação de oficiais

Art. 195 — Para admissão no curso de formação de oficiais, além das condições de estudo intelectual, idoneidade moral e capacidade física, é necessário que o candidato seja sub-tenente ou sargento da Força Policial, tenha no máximo 28 anos de idade seja solteiro, ou viúvo sem filhos.

§ único — Os sargentos que forem matriculados no Curso de Formação de Oficiais serão promovidos a sub-tenentes-alunos, sendo rebaixados à graduação de origem se forem designados do curso por falta de aproveitamento.

Art. 196 — Os alunos do Curso de Formação de Oficiais, que concluírem este curso e forem aprovados, serão, pelo Comandante Geral, declarados aspirantes a oficial, de acordo com as vagas existentes nos quadros de fixação.

Art. 197 — O acesso ao primeiro posto de oficial combatente e de administração faz-se no respectivo quadro exclusivamente pela promoção dos aspirantes a oficial, segundo a ordem de classificação por merecimento intelectual, na terminação do curso de formação de oficiais da Força Policial.

Art. 198 — Em nenhuma hipótese poderá ser conferida a qualquer praça o posto de aspirante a oficial, sem que tenha o curso de formação de oficiais da Força Policial.

§ único — Os postos da Força Policial não podem ser conferidos a título honorífico.

Art. 199 — O ingresso nos postos iniciais de médico, farmacêutico, dentista, veterinário e especialista será feito mediante concurso entre civis diplomados pelas academias ou escolas reconhecidas pelo Governo Federal, na forma que a lei estabelecer.

CAPÍTULO II

Da promoção de oficiais

Art. 200 — As promoções dos oficiais da Força Policial serão feitas de acordo com os princípios estabelecidos neste Estatuto.

Art. 201 — O ingresso no quadro de oficiais da Força Policial só é permitido pelos postos iniciais da escala hierárquica, cuja ordem crescente assim se constitui:

- 2º tenente.
- 1º tenente.

Capitão Major.

Tenente-coronel.

Coronel.

Art. 202 — As promoções nos respectivos quadros se efetuarão segundo os princípios de antiguidade, merecimento e bravura:

- a) — aos postos de major e tenente-coronel, um terço das vagas por antiguidade e dois terços por merecimento;
- b) — aos postos de capitão e capitão-mor, metade por merecimento e metade por antiguidade;
- c) — ao segundo tenente, por merecimento intelectual.

§ único — O posto de coronel será provido, conforme a lei, por comissionamento quando se tratar de Comandante Geral e por promoção, pelo princípio de merecimento, quando se tratar de vaga vacante no quadro ordinário.

Art. 203 — Os atos de promoção praticados em lutas internas, na defesa da ordem e segurança pública, importam alta recomendada a promoção por merecimento, sem prejuízo, porém, das condições exigidas para o acesso segundo este princípio.

§ único — Quando, porém, houver evidente e comprovado sacrifício de vida, ou ação altamente meritória, devidamente justificada, o Governo do Estado, poderá promover o oficial "post-mortem" em atos de serviços relevantes.

Art. 204 — As promoções serão feitas nos dias 24 de maio, 25 de agosto e 25 de dezembro e são da competência exclusiva do Chefe do Executivo Estadual.

Art. 205 — Fara a promoção por qualquer dos princípios, é indispensável ao oficial:

- a) — possuir o curso de formação de oficiais da Força Policial, para o 2º tenente até capitão e o curso de aperfeiçoamento de oficiais da mesma Força Policial ou do Policiário Militar do Distrito Federal, para os postos de oficial superior;
- b) — ter idoneidade mental, provada por não ter sido condenado a prisão por crime intencional e dignidade militar em sentença passada em julgado, e por não ter sofrido penalidade disciplinar em qualquer dos fatos nestas naturezas;
- c) — possuir a capacidade física indispensável ao exercício de função do seu posto, verificada em inspeção de saúde, a que deve ser submetido previamente, para o fim especial de acesso;
- d) — ter interesse mínimo de:
 - Séis meses, no posto de aspirante a oficial;
 - Um ano, no de 2º tenente;
 - Dois anos, no de 1º tenente;
 - Três anos, no de capitão;
 - Dois anos, no de major e tenente-coronel, respectivamente.
- e) — idade inferior à fixada em lei para permanência no serviço ativo;
- f) — arrolamento em corpo de tropa, serviço, estabelecimento ou escola de instrução militar, 6 meses em cada posto.

§ 1º — Os oficiais que não satisfizerem os requisitos para a promoção ao posto imediato não poderão ter acesso, sendo transferido automaticamente para a reserva quando atingirem a idade limite de permanência no serviço ativo ou quando completarem 50 anos de serviço.

§ 2º — Os oficiais que, sem direito a acesso na forma do § anterior, contarem mais de 25 anos de serviço, poderão ser transferidos para a reserva, mediante requerimento.

Art. 206 — Não será computado para promoção, como tempo de serviço:

- a) — o de licença para tratar de interesses particulares;
- b) — o de prisão por sentença passada em julgado;
- c) — o de ausência das fileiras da Força Policial, por deserção;
- d) — o de privação do exercício de funções, nos casos previstos em leis e regulamentos.

Art. 207 — O oficial sujeito a processo, no foro civil ou militar, não poderá ser promovido até final decisão. Absolvido em última instância, será o oficial promovido em reatamento do procedimento.

CAPÍTULO III

Das promoções por antiguidade

Art. 208 — A promoção por antiguidade cabe ao oficial que tendo alcançado o número "UM" da escala hierárquica em seu quadro, satisfizer os requisitos referidos no artigo 205.

Art. 209 — A antiguidade, para efeito de promoção, é contada de data em que o oficial foi promovido ao posto que ocupa, feitos os descontos do tempo não computável, na forma do artigo 206.

Art. 210 — Os oficiais de quadros que não permitam acesso, serão promovidos ao posto imediato, até o de capitão, quando completarem dez anos de posto, satisfazendo, entretanto, as condições de promoção das letras "a", "b" e "c" do artigo 205.

CAPÍTULO IV

Das promoções por merecimento

Art. 211 — O merecimento para a promoção é constituído pelo conjunto de condições necessárias ao exercício das funções do posto imediato, cuja satisfação comprovada na vida do oficial, o indica como o mais apto para exercer as referidas funções.

Art. 212 — São requisitos indispensáveis para a promoção por merecimento, além dos referidos no artigo 205, mais os seguintes:

a) — haver o oficial atingido, no respectivo quadro, por antiguidade, a primeira metade, feitos os descontos do tempo não computável, na forma do artigo 206. Não havendo oficial habilitado na primeira metade, poderá ser dispensado esse requisito, remetendo-se os demais;

b) — ter boa conduta como militar e como cidadão, e, portanto o consequente conceito no seu da classe e na sociedade civil a juízo da comissão de promoções da Força Policial, na conformidade das normas que devem ser estabelecidas pelo Comandante Geral;

c) — possuir cultura profissional necessária, comprovada pelos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento da Força Policial ou da Polícia Militar do Distrito Federal, para os oficiais combatentes e pelos cursos ou exames de habilitação para os serviços técnicos confirmada pelas manifestações de vida corrente, julgadas pelo menos boas;

d) — ter capacidade de comando, julgada pelo menos boa;

e) — ter mais de um ano de exercício nas funções correspondentes ao seu posto, ou nas do posto superior, em serviço ativo da Força Policial.

Art. 213 — As manifestações de merecimento são apreciadas pelas demonstrações de aptidão, reveladas pelo oficial no desempenho de suas próprias funções. Essa aptidão será estimada em relação aos seguintes aspectos:

- a) — Caráter;
- b) — Capacidade de ação;
- c) — Inteligência;
- d) — Outilaria profissional e geral;
- e) — Espírito militar e conduta civil e militar;
- f) — Capacidade de comando e de administração;
- g) — Capacidade de instrutor e de técnico;
- h) — Capacidade física.

§ 1º — O caráter é constituído pelo conjunto de qualidades que definem a personalidade do oficial, apreciada pelo conceito em que se tido no meio militar e na sociedade civil. Na sua apreciação deve-se ter em vista os seguintes aspectos:

- a) — atitudes claras e firmes de deficiências;
- b) — atos de responsabilidades;
- c) — comportamento desassombrado em face de situação imprevisível e difícil;
- d) — energia e perseverança na execução das próprias decisões;
- e) — domínio de si mesmo;
- f) — igualdade de ânimo;
- g) — serenidade no comando;
- h) — lealdade e independência.

§ 2º — A capacidade de ação é estimada segundo as manifestações de:

- a) — coragem física e moral;
- b) — firmeza e vigor na realização dos atos;
- c) — perseverança e tenacidade na consecução dos seus propósitos mesmo em condições de obstáculos e de dificuldade;
- d) — inteligência e medida pela:
 - 1.º — facilidade de compreensão;
 - 2.º — possibilidade de análise e síntese;
 - 3.º — clareza em interpretar ordens táticas e de serviço;
 - 4.º — justiça na avaliação do mérito de seus subordinados;
- e) — produção de trabalhos valiosos e de real interesse profissional.

§ 3º — A cultura, quer a geral quer a profissional, é avaliada:

- a) — pela soma dos conhecimentos gerais e especializados adquiridos pelo oficial;
- b) — pelos conhecimentos mais proveitosos inerentes a cada um, em particular.

Art. 214 — O espírito militar e a conduta civil e militar são apreciadas segundo:

- a) — as manifestações habituais da atividade do oficial;
- b) — o espírito de subordinação e respeito aos superiores;
- c) — as emergências no tratamento de seus subordinados;
- d) — predicções militares: pontualidade, discreção e reserva.

Art. 215 — O espírito de iniciativa, de precisão e de método no cumprimento de suas deveres:

- 1.º — amor ao serviço e dedicação à profissão;
- 2.º — o procedimento civil, educado e procedimento privado;
- 3.º — o espírito de camaraderagem, urbanidade e cavalheirismo;
- 4.º — aspecto marcial e correção nos uniformes;
- 5.º — observância de todas as condições de disciplina.

Art. 216 — A capacidade de comando e de administração são avaliadas:

- a) — pelo espírito de justiça;
- b) — pela probidade nas gestões dos dinheiros públicos e particulares;
- c) — pelo zelo no trato e conservação dos bens do Estado e na manutenção da disciplina;
- d) — pelo espírito de iniciativa e de iniciativa diante da inexistência dos meios de execução;
- e) — pela resistência oposta às ações prejudiciais e retardatárias na execução dos serviços normais ou especiais;
- f) — pela persistência nos esforços empreendidos, pelo espírito de organização, assim como pelo rendimento no trabalho ativo e comprovado nas inspeções administrativas.

Art. 217 — A capacidade de instrutor e de técnico se apreciará respectivamente:

- a) pelos resultados apresentados nos exames de instrução da tropa;
- b) — pela facilidade de expressão de modo a ser bem compreendido e imitado pelos seus instruídos;
- c) — pela facilidade e perfeição em projetar, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade, notadamente os de maior importância, urgência e responsabilidade;
- d) — pelas funções de instrutores nas escolas de formação e de aperfeiçoamento de oficiais.

§ 3º — A capacidade física é relativa ao posto e é avaliada:

- a) pelo estado orgânico e de robustez do oficial, comprovado em rigoroso exame médico;
- b) — pela sua atividade, presteza e boa vontade no serviço correspondente;
- c) — pela resistência à fadiga e às intempéries evidenciadas em trabalhos prolongados em todas as estações e climas;
- d) — pelas partes de doente por ele apresentadas.

§ 4º — No exame médico, a junta médica de saúde de cada oficial, poderá, a seu critério, realizar alguma forma de atividade inerente às suas funções.

CAPÍTULO V

Da promoção por bravura

Art. 218 — Os atos de bravura caracterizados por manifestações concretas e objetivas de coragem, audácia, energia, firmeza e tenacidade na ação, que revelem abnegação pelo cumprimento do dever militar e constituam exemplos vivos a serem sempre de inspiração, do chefe ou de uma iniciativa louvável que resultem em parte em responsabilidade, importam em alta recomendação a promoção por merecimento, sem prejuízo das condições exigidas para o acesso por esse princípio.

§ único — A bravura caracterizada nos termos deste artigo, pode determinar a promoção do oficial, ainda que este não praticado tenha resultado a sua vida ou invalidez.

CAPÍTULO VI

Da organização dos quadros de acesso

Art. 219 — A seleção dos oficiais, que devem constituir os quadros de acesso da Força Policial, proceder-se-á com a intervenção do Comandante Geral, do Sub-Comandante e dos Comandantes de Batalhões e Chefes de Serviço, que constituem a Comissão de Promoções.

§ 1º — Essa comissão organizará os quadros de acesso para as promoções que se efetuam segundo os princípios de antiguidade e merecimento.

§ 2º — No quadro de acesso para as promoções por antiguidade os oficiais serão preparados em cada grau do serviço e nos diversos graus da hierarquia militar, segundo o número que lhes for atribuído pelo Conselho de Promoções, para o preenchimento das vagas a serem por aquele princípio.

§ 3º — As promoções pelo princípio de antiguidade do merecimento só poderão recair em oficiais incluídos nos quadros de acesso.

Art. 215 — É considerado inapto para a ingresso em qualquer quadro de acesso, o oficial que for julgado "insuficiente" em qualquer dos aspectos: caráter, espírito militar, conduta civil e militar e capacidade física.

§ 1º — O aspirante a oficial julgado "insuficiente" de acordo com o disposto no artigo 213, não poderá ser promovido no posto de 2º tenente.

§ 2º — Se este julgamento for proferido em dois anos consecutivos, o oficial ou aspirante a oficial por ele atingido será transferido para a reserva ou reformado, conforme o caso com as vantagens pecuniárias estabelecidas neste Estatuto.

Art. 217 — O oficial incluído em qualquer quadro de acesso só será excluído quando ocorrer um dos seguintes motivos:

- a) — morte;
- b) — transferência para a reserva;
- c) — incapacidade física;
- d) — incapacidade moral;
- e) — condenação em virtude de sentença passada em julgado, por crime a que se refere a letra "b", do artigo 201.

§ 1º — Em qualquer caso, o ato da exclusão será declarado pelo Comandante Geral, em boletim.

§ 2º — A incapacidade física será comprovada em inapetência de saúde.

§ 3º — A incapacidade moral será comprovada por atos ocorridos ou denunciados pela autoridade competente, ou mesmo por outros oficiais, todos interessados como são, na conservação e manutenção em grau elevado, do nível moral do corpo de oficiais da Força Policial.

§ 4º — A comprovação de irregularidade de conduta não apreciada através de processos legais e a solução consequente de caráter reservado ou não, será publicada em boletim do Comandante Geral da Força Policial.

Art. 218 — As autoridades que tiverem conhecimento de fato ou ato que possam influir contrariamente à permanência do oficial em qualquer dos quadros de acesso, deverão tomar as providências a seu alcance, ou por via hierárquica levada ao conhecimento da autoridade superior imediata, a-fim-de que seja mandado instaurar o processo regular, para a comprovação necessária, salvo se o fato já estiver provado por documentos.

§ 1º — O oficial acusado terá vista obrigatória da parte ou denúncia e demais documentos, para, dentro de quinze dias, apresentar sua defesa escrita. Findo o prazo e, de posse dos documentos acima referidos com ou sem defesa do acusado a autoridade militar remeterá a documentação àquela que tiver competência para convocar o Conselho de Justificação.

§ 2º — No caso de não ser julgada procedente a denúncia, ou não ter fundamento a parte que indultava a instauração do processo, proceder-se-á para com o denunciante ou participante do ocorrido em Conselho Disciplinar do Estado.

Art. 219 — O oficial julgado moralmente inidôneo, ou fisicamente incapaz, será transferido para a reserva ou reformado, conforme o caso com as vantagens previstas neste Estatuto.

Art. 220 — As propostas para promoção por antiguidade conterão tantos nomes, na ordem em que figurarem no "quadro de acesso" — por antiguidade — quantos forem as vagas a preencher por esse princípio.

Art. 221 — A proposta para promoção por merecimento conterá três nomes para cada vaga a preencher por esse princípio.

Art. 222 — Os oficiais que figurarem numa proposta de promoção por merecimento serão incluídos em todas as propostas posteriores, salvo nos casos previstos no artigo 217 ocorridos ou verificados anteriormente à primeira inclusão em proposta.

§ único — Os remanescentes de proposta anterior sempre mencionados em proposta subsequente, consideram-se em cominação, quantos forem os nomes propostos, com exceção das datas.

Art. 223 — Os nomes que devem ser incluídos nas propostas por merecimento são escolhidos, um a um dentre os primeiros classificados no "quadro de habilitação" — por merecimento, não se computando nesse número os que lograrem ser incluídos na proposta.

Art. 224 — O princípio "quadro de acesso" será organizado logo após a publicação deste Estatuto.

CAPÍTULO VII

Da demissão do serviço militar e perda da patente

Art. 225 — A perda do posto ou demissão do serviço militar verificar-se-á por uma das seguintes causas:

- a) — demissão voluntária;
- b) — perda da qualidade de cidadão brasileiro;
- c) — condenação a prisão por tempo superior a dois anos imposta por sentença passada em julgado;
- d) — condenação à pena de degradatione, destituição e demissão, nos termos da lei penal militar; ou a outras que acarretem qualquer dessas penalidades como acessórias;
- e) — condenação por crime contra a segurança do Estado, nos termos do § 2º do artigo 172 da Constituição Federal;
- f) — quando o oficial inverter na sanção do art. 132, letras "a" e "b" do Estatuto, mais de três anos de serviço e não possuir qualquer dos requisitos para o acesso ao primeiro posto de oficial, e juízo do Governo.

Art. 226 — A demissão voluntária é facultada ao oficial com mais de cinco (5) anos de oficialista.

Art. 227 — Os sub-tenentes podem ser excluídos a pedido, em qualquer tempo e os sargentos e demais praças designadas de conformar a vontade do tempo até ao seu descomissionamento depois de alcançarem o grau de Capitão do Serviço Militar.

Art. 228 — A perda do posto, nas condições previstas neste Estatuto, aplica-se indistintamente aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados.

Art. 229 — O pedido de demissão ou transferência para a reserva será encaminhado, por via hierárquica, ao Chefe do Executivo Estadual e do despacho publicado, até ao seu descomissionamento depois de alcançarem o grau de Capitão do Serviço Militar.

§ 1º — A facilidade de pedir demissão do posto suspenso e é negada, nas mesmas condições em que se nega e suspende a de pedir transferência para a reserva, nos termos deste Estatuto.

§ 2º — O pedido de demissão, enquanto não for decidido, não suspende nem exonera o militar dos seus deveres para com a Força Policial.

Art. 230 — A demissão ou perda do posto dos oficiais é concedida ou declarada, em decreto do Governo, no qual será indicado o dispositivo da lei que autoriza a concessão ou a sentença que a prescreve.

CAPÍTULO VIII

Intercâmbio, expulsão e exclusão

Art. 231 — Os sargentos e as praças que concluírem o tempo de serviço e não forem empregados, serão incluídos no serviço ativo, podendo entretanto, o Governo retê-los no serviço, se assim o exigir o interesse do Estado.

Art. 232 — As praças empregadas e reengajadas com mais de metade do tempo de serviço e que se obrigarem, é facultado o intercâmbio do serviço militar, mediante requerimento dirigido ao Comandante Geral da Força, desde que não haja prejuízo para a defesa do Brasil.

Art. 233 — Serão expulsos ou excluídos nas praças de qualquer graduação e em qualquer tempo de serviço que cometerem transgressões disciplinares que importem pelos respectivos regulamentos na pena de expulsão ou exclusão do serviço militar, as que se tornarem prejudiciais à ordem pública ou à disciplina militar a juízo das autoridades competentes.

Art. 234 — Fera do serviço militar, mediante requerimento acompanhado das necessárias provas, as praças que, depois de incorporadas, se tornarem armio de família ou vítimas a ser compreendidas em qualquer outra disposição que as dispense do serviço militar na ativa.

CAPÍTULO IX

Da reversão do serviço ativo

Art. 235 — A reversão do oficial demitido coercitivamente ou voluntariamente só se aplica mediante processo administrativo ou judicial.

§ único — Os demitidos por sentença judicial não podem ser reteridos mediante decisão da mesma natureza.

Art. 236 — A reversão do sub-tenente, sargento e praça estabelecidos por qualquer princípio obedece ao processo administrativo.

A União

PATRIMÔNIO DO ESTADO

JOÃO PESSOA — Domingo, 1 de novembro de 1942

competente mandando, certificar os oficiais de justiça que o executado reside na vila de Pochinos, da Comarca de Campina Grande, deste Estado. Expedida a carta-procuratoria para aquela Comarca, certifique o oficial de justiça encarregado da diligência haver deixado de citar o executado por não encontrá-lo na referida Comarca e ser informado que o mesmo mudou-se para lugar incerto e não saber e em seguida de não proceder a penhora ou sequestro por não encontrar bens pertencentes ao mesmo existentes na subdita Comarca pelo que mandou passar o presente edital com o prazo de quinze (15) dias para dentro desse mesmo prazo comparecer a este Juízo e no cartório do escrivão que este subscreve a fim de efetuar o pagamento de seu débito na quantia de cinquenta e cinco mil réis (\$55.000), mais de J. D. e juros calculados em cinquenta mil réis (\$50.000), num total de cento e cinco mil réis (105.000) e ainda as custas de J. D. de Campina Grande, e se não fizer, seguir os termos da sentença, até final da pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos e do referido executado, mandou passar o presente edital que será afixado no local do costume e publicado no órgão oficial do Estado A UNIAO, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Piau, aos dezesseis (16) de outubro de mil novecentos e quarenta e dois (1942). Eu, Cláudio Cruz de Faria, escrivão de direito autorizado, o datilografado (a) José Clemente de Farias Conforme o original; dou fé. Data supra. O escrivão — Adilao dos Santos Andrade

(1019) — COMARCA DE ARAURINA — EDITAL de citação de devedor ausente, com o prazo de 30 dias — O dr. João Luiz Beltrão, Juiz de Direito da Comarca de Araruna, Estado da Paraíba, em virtude da let. etc.

Faço saber a todos quantos este edital virem ou dele notícia tiverem e interessar possa, que por parte do Representante do Ministério Público me foi dirigida a petição do seguinte teor: "Exmo. sr. dr. Juiz de Direito da Comarca de Araruna. Diz o representante do Ministério Público que Juvenal Alves, residente nessa cidade, é devedor de fazenda do Estado, na quantia de trezentos e noventa e seis réis (\$396.00), proveniente do imposto de "indústria e profissão" lançada, referente ao exercício de 1937, conforme certidão em anexo. Não tendo até agora pago do débito, requer o Representante do Ministério Público a citação do mesmo devedor para que pague incontinenti a referida importância, conforme determina o art. 2º do decreto-lei nº 969, de 17 de dezembro de 1933. Não o fazendo ou se ocultando o devedor, pelo mesmo mandado se proceda a penhora de bens quantos bastem para o pagamento e reclamação de juros e custas da ação. Não sendo encontrado o devedor, se

proceda ao sequestro, independentemente de citação. Nestes termos, p. deferimento. Bananeiras 18 de setembro de 1942. (a.) Aurelio Moreno d'Albuquerque — Promotor Público". Recebida a petição, exarou o despacho infra: "A. 942, re. Juiz. Araruna, 21/9/1942. (a.) João Luiz Beltrão". Expedido o competente mandado na forma do pedido, foi, pelo oficial de justiça encarregado da diligência, certificado que deixou de fazer a citação porque o executado Juvenal Alves mudou-se desta cidade para lugar incerto e não saber. Conclusos os autos, deles exarou o seguinte despacho: "Publicar-se edital de citação com o prazo de 30 dias, pelo órgão oficial do Estado, Araruna, 8/10/1942. (a.) João Luiz Beltrão". Em virtude do que é o presente edital pelo qual chamo e cito o devedor Juvenal Alves a comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve a fim de pagar o seu débito acrescido de mora, custas e selos dos autos, valendo a citação para os demais termos e atos da ação, até final da pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento do mesmo devedor, mandei passar este que será publicado no órgão oficial do Estado e afixado no local do costume, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Araruna, aos 26 de outubro de 1942. Eu, José Antonio Sobral Filho, escrivão, datilografado e subscrevo. (a.) José Antonio Sobral Filho, João Luiz Beltrão. Esta conforme com o original; dou fé. Data supra. O escrivão — José Antonio Sobral Filho

Flasão agave é preparada em casa e de mercado, sem temperos estranhos.

PEQUENOS ANÚNCIOS

CARIMBOS DE BORRACHA E DE CAJA — Executam-se com a máxima perfeição e presteza. Tratar com F. Loureiro na gerência deste jornal.

COMPRA-SE uma máquina "Singer" de bobinas. Av. Cruz das Armas, 516.

METALUS usados a Fábrica de Cimento compra qualquer quantidade de ferro, bronze e outros metais pelos melhores preços da região e em peças de qualquer tamanho.

MERCERIA — Por motivo de doença em seu proprietário, vende-se a merceria localizada no interior posto da cidade alta, na rua Duque de Caxias, nº 249 — esquina da rua Miguel Couto, em frente ao Clube dos Diários; prestando-se o prédio não só para o mesmo ramo de comércio, como para qualquer outro. Com saneamento, água e luz.

PLAZA — Hoje, "matinée" às 3½ hs. — "Soirée" às 8½ e às 9½ — Precos: Cr. \$3.30 e Cr. \$1.60
Um drama de lances heróicos retratando a biografia de um audaz bandeirante:

KIT GARSON
JON HALL — O HEROI DE "FURACÃO"
A epopéia de uma caravana perdida nas terras selvagens dos caçadores de escaipos humanos! O que foram as lutas e os movimentos de emancipação política dos fazendeiros da Califórnia até proclamação da REPUBLICA DE MURPHY!
Completos: — NACIONAL D. I. P. e PATHE

TERÇA-FEIRA! NO "PLAZA" — "SESSAO COLOSSO"
Dois filmes inéditos — Preço unico: Cr. \$ 1,60
TRAVESSURAS DE ALTA ESCOLA
e mais
ILUSÃO DE MULHER

QUARTA-FEIRA! NO "PLAZA" — **QUARTA-FEIRA!**
Warner — OURO LIQUIDO — Warner
JOHN GARFIELD
SABADO! NO "PLAZA" — **SABADO!**
A VIDA É UMA CANÇÃO

PLAZA! HOJE! Astoria — Hoje às 7½
Preço unico: Cr. \$0,50
O maravilhoso filme de R. K. O.
TRES FILHOS
"Matinée" às 3½ hs. O FILHO DO SHEIK e mais a 1.ª série de FLASH GORDON
Cavaleiro Fantasma
e mais
Desafiando o Perigo

SECCAO LIVRE

COOPERATIVA DE PESCA DA PARAIBA Assembléa Geral Extraordinária

2ª E ÚLTIMA CONVOCACAO
Em virtude da renúncia dos Diretores Presidente, Comercial e gerente, srs. Romualdo Rollin, Epitácio Brito e Petras Grizi, e não tendo havido numero legal na primeira convocação, ficam convidados todos os cooperados a comparecerem a sessão de assembléa geral que se realizará no próximo dia 8 de novembro, às 10 horas, em sua sede social, à rua Santo Elias, nº 277, a fim de procederem a eleição dos novos diretores e tratar de assuntos de interesse social.

A referida assembléa deliberará com qualquer numero de associados presentes à reunião. João Pessoa, 25 de Outubro de 1942.
Conselho Fiscal: — Aldrevili Grizi, Vicente Ferraro, Abelardo Machado.

ADMINISTRACAO DO PORTO DE CABEDELO Aviso

A Administração do Porto de Cabedelo, avisa ao publico em geral, que as oficinas mecânicas dessa Repartição estão completamente aparelhadas para executar quaisquer serviços mecânicos.
Cabedelo, 24 de outubro de 1942.
Artur S. Moreira — Administrador do Porto.

ATA da Assembléa Geral Ordinária dos acionistas da Companhia Paraibana de Armazens Gerais, Beneficiamento e Prensagem de Algodão S. A., realizada no dia 24 de outubro de 1942

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e dois (1942) às quatorze (14) horas, no escritório à Avenida Miguel Couto n.º 5, nesta cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, sede da Companhia Paraibana de Armazens Gerais, Beneficiamento e Prensagem de Algodão S. A., presente a respectiva Diretoria, representada pelos senhores Clodomir Caminha, José Apriego Nogueira, Agrício Henriques Trigueiro, compareceram acionistas William Hogarth Smith, Erik Rosenvinge, Norman Bold, Arthur Silva Loyo, Manuel da Nobrega, John Monteath, e Re-

CASAS EM TAMBAU — Algam-se casas em Tambau para a presente estação balnearia. Tratar diariamente, das 12 às 16 horas, na Capitania dos Portos.

PALACETE MOBILADO — Aluga-se, completamente mobilado, um dos bons palacetes desta Capital, situado perto do Instituto de Educação e a 20 metros de ponto de parada de bondes.
Tratar na Avenida Camilo de Holanda, nº 652.

METROPOLE
Hoje às 7½ horas — Hoje! Precos: Cr. \$1.20 e Cr. \$0,80
VINCENT PRICE, MARGARETH LINDSAY, DICK FORAN, GEORGE SANDERS e NAN GREY, em
A CASA DAS SETE TORRES
Comp. ESCOLA MILITAR DO BRASIL D. F. B.

"Matinée" às 3 hs. — Tim Mac Coy em JUSTIÇA A FORÇA e a 5.ª série de FLASH GORDON — Geral: Cr. \$0,60
3ª feira — John Litel, Margareth Lindsay, Janet Chapman e James Stephenson em — EM DEFESA DA HONRA

SÃO PEDRO
Hoje 2 sessões — A's 7 e 8½ horas — Adultos Cr. \$2,00 — crianças, militares e estudantes Cr. \$1,50
Continua no cartaz o monumental "Ilme do zencil" BORIS KARLOFF
O GORILA MATADOR
Cenas de emocionante dramaticidade!
Espectacular!... Monumental!... Um gorila matador de homens.
Comp. NACIONAL NOTICIAS DA GUERRA, ETC.
NOTA — Este filme só fará 3 exhibições em virtude de seu lançamento no dia 4 no "Art-Palacio".
"Matinée" às 2½ — Preço: Cr. \$0,60 — Pela última vez, "bôca-larga" O HOMEM DAS CALANDEIRAS e mais JUSTIÇA A FORÇA, com Tim Mac Coy.
Dia 5 — Lançamento do filme "VOLGA EM CHAMAS"

DORES DO ESTOMAGO PRISAO DE VENTRE PILULAS DO ABADÉ MOSS



As vertigens, rosto quente, falta de ar, vômitos, tonturas e dores de cabeça e maior parte das vezes são devidas ao mau funcionamento do aparelho digestivo e consequente Prisão de Ventre. As Pilulas do Abadé Moss são indicadas no tratamento da Prisão de Ventre e suas manifestações e nas angio-colites. Licenciadas pela Saúde Pública as Pilulas do Abadé Moss são usadas por milhares de pessoas. Faça o seu tratamento com o uso das Pilulas do Abadé Moss.

Associação Profissional dos Lojistas no Comércio de João Pessoa

EDITAL — Convidamos os senhores associados em pleno gozo de seus direitos, nos termos dos estatutos, a comparecerem no próximo dia 23 de novembro de 1942, às 14 horas, em nossa sede social, sita à rua Maciel Pinheiro — Associação Comercial — para tomar parte nos trabalhos da assembléa geral de transformação desta Associação Profissional em Sindicato de classe, nos termos da legislação sindical vigente e as respectivas instruções baixadas em as Portarias Ministeriais SCM-337, e 339, de 31 de julho de 1940. Quem não estiver convocado para nessa mesma assembléa discutir e aprovar o projeto dos estatutos, elaborados de acordo com a Portaria n.º SCM-354, de 22 de agosto de 1940.
João Pessoa, 20 de outubro de 1942.
José Faustino Calançati de Albuquerque — Presidente da

Franklin Sampaio, Presidente.
Carlos Osório Mascarenha, Diretor-Médico.
Francisco Belens da Costa Barredas, Diretor-Secretário.

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Sociedade de Seguros Mtuos Sobre a Vida
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

(Segunda Convocação)
Não tendo havido numero legal para a primeira reunião, convocada para hoje, 29 de outubro, os srs. segurados são convidados a fim de se reunirem em assembléa geral extraordinária, que se realizará a 16 do mês de novembro do corrente ano, às 14 horas, na sede social à Avenida Rio Branco numero 125, 7.º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, para discutir e votar a reforma dos estatutos sociais, e adaptá-los às leis vigentes, bem como proceder a eleição do Diretor-médico, do Diretor-Secretário e do Conselho Fiscal e suplentes.
Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1942.

Estás fraco e deprimido? Tendes tosse e Bronchite? Já João Crescotas de João da Silva Silveira

REFX — Hoje matinee às 3 hs. — Soirée às 6½ e 8½ — Precos: Cr. \$3,30 e Cr. \$1,60
Uma orgulhosa de Leão, pois apresenta GREER GARSON — a "estrela" de "Adeus, Mr. Chips!" — e LAURENCE OLIVIER — o "astro" de "Rebecca" e "Morro dos Ventos Uivantes" numa obra prima de graça e sutileza

ORGULHO!
Deliciosa comédia romantica de uma época em que era pecado namorar sem pensar em casar...
Um cartaz de sucesso "Metro Goldwyn Mayer!"
Compl. NACIONAL D. I. P. e A VOZ DO MUNDO

ANANHA o mesmo programa em "matinée" e "soirée"
Hoje — Matinée no REX às 9½ — A VISOA FATAL — 1.ª série e O GUARDA DE HONRA — Preço: Cr. \$1,00 — Soirée de brindes, etc.

4.ª feira Voltam os intrepidos atiradores do Texas! JOHN HOWARD AKIM TAMIROFF no super "western" de luxo
A VOLTA DOS MOSQUETEIROS
Hoje — Cr. \$1,60 e Cr. \$1,20
SPENCER TRACY, em
O Médico e o Monstro
(Imp. 36 13 mud.)
Super da "Metro"
Compl. NACIONAL D. I. P. e NOTICIAS DO DIA
Matinée — FELIPEIA e JAGUARIBE — Hoje
A Visão Fatal, 1.ª série e O Guarda de Honra

BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE, S. A.

Convocação da Assembléa Geral dos Subscritores

O abaixo assinados, fundadores e primeiros diretores do Banco Industrial de Campina Grande, S. A., dando cumprimento ao despacho do Diretor Geral da Fazenda Nacional, e na conformidade do disposto no art. 61 do Dec. Lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, convidam a todos os subscritores e acionistas desta sociedade a se reunirem às nove (9) horas do dia dez (10) de novembro do corrente ano, no salão do 1.º andar do prédio n.º 8 da Rua Presidente João Pessoa, nesta cidade (sede social), para assembléa geral, deliberarem sobre as alterações a serem feitas no art. 8.º dos Estatutos da mesma sociedade, encarecendo-se a presença de todos os interessados, dada a relevância da matéria a ser resolvida.
Campina Grande, 28 de outubro de 1942.
João Rique Ferreira
Octavio Theodoro de Amorim
Protásio Ferreira da Silva
Diretores.

"LEGISLAÇÃO DO PESSOAL"

Encontra-se à venda na "Portaria desta folha, ao preço de \$150 o fascículo LEGISLAÇÃO DO PESSOAL, contendo as seguintes decretos-leis estatutários que dispõem sobre a organização do funcionalismo público do Brasil do Estado. São as seguintes as decretos-leis: Decreto-lei n.º 202, Estatutos dos funcionários públicos civis; Decreto-lei 149 que organiza o quadro do funcionalismo público; Decreto-lei 144 que aprova o regulamento de promoções; Decreto-lei 195 que altera o regulamento de promoções; Decreto-lei 141 que dispõe sobre o pessoal extranumerário e o Decreto-lei 185 que dispõe sobre o pessoal para obras públicas.